



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA  
OUVIDORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO/DEPEN

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PENAIS DO ESTADO DO  
TOCANTINS <sup>1 2 3</sup>**

**PERÍODO: 29 e 30 de agosto de 2013**

**CNPCP:** Conselheiro LUIZ GUILHERME MENDES DE PAIVA, Conselheiro DAVI DE PAIVA COSTA TANGERINO e Analista JEFFERSON ALVES LOPES

**Ouvidoria do Sistema Penitenciário/DEPEN:** Sociólogo NAUM PEREIRA DE SOUSA

**Secretaria de Direitos Humanos:** KAROLINA ALVES PEREIRA DE CASTRO  
(Coordenadora da Coordenação-Geral de Combate à Tortura da Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos)

---

<sup>1</sup> Com base no Modelo de Relatório Padrão aprovado no âmbito do **Acordo de Cooperação Nº 17/2011 - Melhoria do Sistema Penitenciário**, para uso do Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

<sup>2</sup> Considerando que a Vara de Execução Penal (VEP), o Ministério Público (MP) e o Conselho da Comunidade (CC) têm determinação legal de visita mensal aos estabelecimentos penais, foram classificados os capítulos conforme a necessidade de inspeção ponderando os aspectos cíclicos e perenes. O Conselho Penitenciário, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Defensoria Pública e Ouvidoria do Sistema Penitenciário que realizam inspeções anuais deverão preencher todos os itens.

<sup>3</sup> No que tange à inspeção anual da VEP, MP e CC, sugere-se que seja convencionado o mês de março e que a inspeção semestral seja no mês de setembro. Importante mencionar que esses órgãos devem registrar nas inspeções mensais alterações observadas em aspectos que são semestrais ou anuais, mas que no mês corrente excepcionalmente sofreram mudanças.

## SUMÁRIO:

Item	Página
1. Introdução	03
2. Unidade de Tratamento Penal de Barra da Grotta	04
3. Casa de Prisão Provisória de Palmas	22
4. Unidade Prisional Feminina de Palmas	40
5. Reunião com órgãos da execução penal, autoridades e convidados	57
6. Considerações e recomendações	67
7. Anexos	76

## 1. Introdução

O presente relatório discorre sobre a visita de inspeção conjunta realizada em 03 estabelecimentos penais do Tocantins, situados nas cidades de Araguaína e Palmas, e apresenta um relato sucinto da reunião realizada com órgãos da execução penal do estado, além de outras autoridades e convidados. Há, ainda, recomendações a serem adotadas visando a garantia dos direitos humanos e o aprimoramento do sistema penal no estado do Tocantins, tendo como parâmetro as normas de execução penal vigentes, os programas adotados pelo DEPEN, a política criminal e penitenciária recomendada pelo CNPCP e as diretrizes estabelecidas pelo CNJ.

A inspeção na cidade de Araguaína ocorreu no dia 29 de agosto de 2013 e foi realizada na Unidade de Tratamento Penal de Barra da Grota; no dia 30 a equipe realizou visita de inspeção na Casa de Prisão Provisória e na Unidade Prisional Feminina, ambas situadas em Palmas.

As visitas foram realizadas com o conhecimento prévio das autoridades públicas locais, com o acompanhamento, em Araguaína, de representantes da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e Secretaria Estadual de Educação, e, em Palmas, de representantes da SEDS, da Defensoria Pública Federal, da Secretaria Estadual de Educação, do Conselho Penitenciário e do Conselho de Direitos Humanos de Palmas.

A seguir são apresentados alguns dados sobre a estrutura organizacional do sistema prisional do estado do Tocantins:

1 - Estrutura Organizacional		ANUAL
1.1 Esfera	<input checked="" type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
1.2 Secretaria da pasta	<input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Subsecretaria <input checked="" type="checkbox"/> Diretoria/Departamento <input type="checkbox"/> Superintendência <input type="checkbox"/> Instituto / Agência <input type="checkbox"/> Outro	
1.6 Comarca:	Araguaína e Palmas	
1.7 Há Escola Penitenciária?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	
1.8 Há Ouvidoria Estadual do Sistema Prisional?	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	
1.9 Há Corregedoria Estadual do Sistema Prisional?	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	
1.10 Há Plano de Carreira?	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Todos servidores penitenciários <input type="checkbox"/> Agentes Penitenciários <input type="checkbox"/> Outro:	
1.11 Há Plano Estadual de Educação do Sistema Penitenciário?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	

## 2. Unidade de Tratamento Penal de Barra da Grota

A equipe foi recebida pelo diretor do Departamento do Sistema Penitenciário e Prisional do Tocantins, Sr. Gilciedson Tavares de Oliveira, e pelo chefe de segurança da unidade, e também diretor substituto, Sr. Jales Pereira Braga. Acompanharam a visita a Sra. Keli Cristiane Camargo, da Secretaria Estadual de Educação; a Sra. Célia de Fátima Leal, psicóloga e coordenadora da equipe técnica da empresa Umanizzare; Sr. Rodrigo de Rezende, gerente de operações; Sra. Ivonette Rogério, diretora técnica Umanizzare; e Sra. Tânia Guimarães, gerente administrativo Umanizzare.

Data: 29/08/13

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota	
2.2 Apelido da unidade:	Barra da Grota	
2.2.1 Endereço:	Rodovia TO 222 Km 07, Povoado Barra da Grota	
2.2.2 Cidade/UF:	Araguaína-TO	
2.3	<input checked="" type="checkbox"/> Penitenciária <input type="checkbox"/> Cadeia Pública / Presídio Obs.: há presos provisórios, segundo a direção, devido a possível reforma da CPP.	
	<input type="checkbox"/> Colônias agrícolas, industriais ou similares <input type="checkbox"/> Centro de Observação Criminológica <input type="checkbox"/> Hospital de Custódia <input type="checkbox"/> Casa de Albergado	
2.4	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	<input checked="" type="checkbox"/> Pública (direção e alguns agentes) <input checked="" type="checkbox"/> Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) <input checked="" type="checkbox"/> Terceirização da equipe técnica e administrativa <input checked="" type="checkbox"/> Terceirização da equipe de segurança <input type="checkbox"/> Método APAC	
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Vanderlan Rufino de França	
3.3 Cargo:	Diretor	
3.4 Formação Profissional	<input checked="" type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Ciências Sociais <input type="checkbox"/> Psicologia <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Serviço Social <input type="checkbox"/> Outra:	
3.5 Responsável pela segurança:	Jales Pereira Braga	
3.6 Cargo:	Chefe de segurança	
3.7 Formação Profissional:	Tecnólogo em práticas jurídicas	
3.8 Quantidade de computadores:	<input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 6 <input type="checkbox"/> 7 a 9 <input type="checkbox"/> 10 a 12 <input type="checkbox"/> 13 a 15 <input checked="" type="checkbox"/> > 15	
3.9 Acesso à Internet	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
3.10 Alimenta o INFOPEN	<input type="checkbox"/> Integralmente <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não alimenta <input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Outro:	
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim Obs.: Decreto 5.694/92

4 – Características do Estabelecimento		SEMESTRAL																																																																																																																																																															
4.1 Capacidade total:	438																																																																																																																																																																
4.1.2 Lotação total:	440. Obs.: 214 condenados, 05 em medida de segurança e 221 provisórios.																																																																																																																																																																
4.2 Capacidade Mulheres:	4.3 Capacidade homens: 438	4.4 Capacidade LGBT: 0																																																																																																																																																															
4.2.1 Lotação Mulheres:	4.3.1 Lotação homens: 440	4.4.1 Lotação LGBT:																																																																																																																																																															
<input type="checkbox"/> Condenada <input type="checkbox"/> Provisória	<input checked="" type="checkbox"/> Condenado <input checked="" type="checkbox"/> Provisório	<input type="checkbox"/> Condenada/o	<input type="checkbox"/> Provisória/o																																																																																																																																																														
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																																															
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																																															
4.7 Há alas separadas para idosos?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																																															
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																																															
4.10 Há alas separadas para LGBT?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																																															
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não																																																																																																																																																															
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não																																																																																																																																																															
4.13 Há celas metálicas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																																															
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal <sup>4</sup>	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Estabelecimento penal</th> <th rowspan="2">Módulos<sup>5</sup></th> <th rowspan="2">Penitenciária</th> <th rowspan="2">Colônia<sup>6</sup></th> <th rowspan="2">Cadeia pública<sup>7</sup></th> <th rowspan="2">COC<sup>8</sup></th> <th rowspan="2">Casa do Albergado</th> <th rowspan="2">HCTP<sup>9</sup></th> </tr> <tr> <th></th> <th></th> <th></th> <th></th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Guarda Externa</td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Agente Penitenciário / Monitor</td> <td>I</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Administração</td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Recepção/Revista</td> <td>I</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Centro observação / triagem / Inclusão</td> <td>I</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tratamento Penal</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vivência coletiva</td> <td>*</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vivência individual</td> <td>*</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Serviços</td> <td>I</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saúde</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tratamento para dependentes químicos</td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Oficina de trabalho</td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Educativo</td> <td>I</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Polivalente</td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Creche</td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Berçário</td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Visita íntima</td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Esportes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			Estabelecimento penal	Módulos <sup>5</sup>	Penitenciária	Colônia <sup>6</sup>	Cadeia pública <sup>7</sup>	COC <sup>8</sup>	Casa do Albergado	HCTP <sup>9</sup>							Guarda Externa	A							Agente Penitenciário / Monitor	I							Administração	A							Recepção/Revista	I							Centro observação / triagem / Inclusão	I							Tratamento Penal	-							Vivência coletiva	*							Vivência individual	*							Serviços	I							Saúde	C							Tratamento para dependentes químicos	A							Oficina de trabalho	A							Educativo	I							Polivalente	A							Creche	A							Berçário	A							Visita íntima	C							Esportes							
Estabelecimento penal	Módulos <sup>5</sup>	Penitenciária	Colônia <sup>6</sup>									Cadeia pública <sup>7</sup>	COC <sup>8</sup>	Casa do Albergado	HCTP <sup>9</sup>																																																																																																																																																		
Guarda Externa	A																																																																																																																																																																
Agente Penitenciário / Monitor	I																																																																																																																																																																
Administração	A																																																																																																																																																																
Recepção/Revista	I																																																																																																																																																																
Centro observação / triagem / Inclusão	I																																																																																																																																																																
Tratamento Penal	-																																																																																																																																																																
Vivência coletiva	*																																																																																																																																																																
Vivência individual	*																																																																																																																																																																
Serviços	I																																																																																																																																																																
Saúde	C																																																																																																																																																																
Tratamento para dependentes químicos	A																																																																																																																																																																
Oficina de trabalho	A																																																																																																																																																																
Educativo	I																																																																																																																																																																
Polivalente	A																																																																																																																																																																
Creche	A																																																																																																																																																																
Berçário	A																																																																																																																																																																
Visita íntima	C																																																																																																																																																																
Esportes																																																																																																																																																																	
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 120		Mulheres: 0																																																																																																																																																														
4.16.1 Capacidade média	Homens: 04		Mulheres: 0																																																																																																																																																														

<sup>4</sup> Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

<sup>5</sup> Legenda:  Existência obrigatória     Existência facultativa     Não é necessário

<sup>6</sup> Colônia agrícola, industrial ou similar.

<sup>7</sup> Presídio ou estabelecimento congênere.

<sup>8</sup> Centro de observação criminológica.

<sup>9</sup> Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.

das celas coletivas		
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens: 04	Mulheres: 0
4.16.3 Dimensão	3 m X 4 m	
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	<input type="checkbox"/> 1 a 3% <input type="checkbox"/> 3 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input checked="" type="checkbox"/> > 10%	
4.18 Ventilação cruzada geral	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.19 Ventilação cruzada nas celas	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.20 Iluminação natural nas celas	<input type="checkbox"/> inexistente <input checked="" type="checkbox"/> existente	
4.21 Incidência de sol nas celas	<input type="checkbox"/> insuficiente <input checked="" type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.22 Programa de combate a incêndio	<input type="checkbox"/> inexistente <input type="checkbox"/> existente	
4.23 Extintores de incêndio	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> sem condições de uso <input type="checkbox"/> em condições de uso	
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quais: Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital, provenientes do Mato Grosso.	

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL
5.1 Há pessoas com deficiência?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: ± 12
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: ± 12
5.3 Há indígenas presos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
5.5 Há estrangeiros presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 01
5.6 Há adolescentes internados no local?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 05
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.13 Há pessoas presas com HIV?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.17 Há pessoas presas em RDD?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:

6 – Características das Pessoas cumprindo Medida Segurança		MENSAL
6.1 Quantidade de pessoas cumprindo medida de internação:	05	6.2 Quantidade de pessoas cumprindo medida ambulatorial: 0
6.3 Pacientes com mais tempo de internação:	<input type="checkbox"/> até 1 ano <input type="checkbox"/> de 1 a 3 anos <input type="checkbox"/> de 4 a 6 anos <input checked="" type="checkbox"/> de 7 a 9 anos <input type="checkbox"/> de 10 a 20 anos <input type="checkbox"/> de 21 a 30 anos <input type="checkbox"/> mais que 30 anos	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: 02 Quantidade: Quantidade:
6.4 Há pacientes com alta médica?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
6.5 Pacientes indultados no último ano:	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
6.6 Pacientes encaminhados no último ano para:	<input checked="" type="checkbox"/> Centro de Atenção Psicossocial - CAPS <u>Obs.: só para consultas</u> <input type="checkbox"/> Serviços Residenciais Terapêuticos -SRTs <input type="checkbox"/> Programa de Volta para Casa – PVC <input type="checkbox"/> Outro:	Quantidade: Quantidade: Quantidade:
6.7 Periodicidade do exame de cessação de periculosidade	<input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input checked="" type="checkbox"/> Quando solicitado <u>Obs.: Pelo juiz.</u> <input type="checkbox"/> Outro:	

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento		SEMESTRAL
7.1 Total de RH na área de segurança:	86 agentes; 04 supervisores; 06 para locomoção; e 35 agentes penitenciários.	
7.2 Total de RH na área administrativa:	30	
7.3 Total de RH na área técnica:	08	
7.4 Total Geral:	± 150 PPP + 35 agentes	
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Outra forma de contratação: <u>Obs: advogado pago pela empresa Umanizzare</u> <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 01 Quantidade:
7.6 Auxiliares de Enfermagem	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 04 Quantidade:
7.7 Assistentes Sociais	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 02 Quantidade:
7.8 Dentistas	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 01 Quantidade:
7.9 Enfermeiros	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 01 Quantidade:
7.10 Médicos – Clínico Geral	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 01 Quantidade:

7.11 Médicos – Psiquiatras	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <u>Obs.: o contrato com a Umanizzare não prevê a contratação de médico psiquiatra.</u>
7.13 Pedagogos	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim    Quantidade: 01 <input type="checkbox"/> Secretaria de Educação <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.14 Psicólogos	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim    Quantidade: 02 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.15 Terapeutas Ocupacionais	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim    Quantidade: 01 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.16 Outros: Professores, Coordenadores e Diretor da Escola	Quantidade: 07 professores, 03 Brasil Alfabetizado, 01 diretor e 01 coordenador. <input checked="" type="checkbox"/> Secretaria Estadual de Educação <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.17 Agentes Prisionais	<input checked="" type="checkbox"/> sim    Quantidade: 09 mulheres 31 homens <input type="checkbox"/> não
7.18 Escala de trabalho:	24 x 72
7.19 Há utilização de uniforme?	<input checked="" type="checkbox"/> sim    Com identificação pessoal: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? <input checked="" type="checkbox"/> Curso de Formação <input checked="" type="checkbox"/> Cursos Especiais Entidade Executora:	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <u>Obs.: curso de formação só no início da carreira (10 dias de treinamento); os cursos especiais ocorrem esporadicamente.</u>



<b>8 – Condições Materiais</b>		<b>SEMESTRAL</b>
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.2 Há distribuição de uniformes?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.3 Há distribuição de calçados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.5 Há distribuição de toalhas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:	06 meses	
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não Quais: Escova de dente, creme dental, sabonete, papel higiênico, aparelho de barbear e lâmina.
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não Quais: sabão em pó, água sanitária e detergente. A distribuição é semanal.
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	04 camas de concreto, um bebedouro e um vaso sanitário (modelo estadunidense).	
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	04	
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.19 Número de pessoas por chuveiro	18	
8.20 É garantido o banho diário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.21 A água é aquecida?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.22 É fornecida água potável?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23 A água é racionada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?	De sábado a quinta-feira: das 08 às 11h; o fornecimento de água uma hora após o banho de sol; das 19h30 às 21h30; nas sextas-feiras, das 9h às 12h, das 13h30 às 17h30.	
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	<input checked="" type="checkbox"/> hidráulico <input type="checkbox"/> elétrica <input checked="" type="checkbox"/> edificação <input type="checkbox"/> outros:	

<b>9 – Alimentação</b>		<b>SEMESTRAL</b>
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?		
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?	Almoço – 520 g	Janta – 470 g
9.5 N.º de refeições diárias: 03	9.6 Horários das refeições: 06h-7h30/ 11h-13h30/ 17h-18h30	9.7 Onde as refeições são realizadas? <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> refeitório <input type="checkbox"/> outro:
9.8 Há controle de qualidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Qual: Análise, amostra e controles técnicos <input type="checkbox"/> não
9.9 Descrever o controle:	Realizado por meio de amostra e análise dos produtos, além de controle técnico feito pela nutricionista.	
9.10 As refeições são	<input checked="" type="checkbox"/> padronizadas	<input checked="" type="checkbox"/> adaptadas por motivos de: <input checked="" type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> religiosos <input type="checkbox"/> outros
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	<input checked="" type="checkbox"/> família	<input type="checkbox"/> compra <input type="checkbox"/> outro:

<b>10 – Rotina padrão</b>		<b>SEMESTRAL</b>
10.1 Tempo diário dentro da cela: 22h		
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência: diária	10.3 Tempo de visita: 4h Frequência: uma vez na semana (sexta, sábado ou domingo)	
10.4 Tempo de atividades educacionais: 2h30 Frequência: segunda, terça e quinta	10.5 Tempo de atividades laborais: 6h Frequência: diária	
10.6 Tempo de atividades religiosas: ± 2h Frequência: diária	10.7 Tempo de visita íntima: 45 minutos Frequência: 03 vezes no mês	
10.8 Tempo de atividades esportivas: ± 2h Frequência: diária (realizadas durante banho de sol)	10.8 Tempo das atividades culturais: - Frequência:	
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
10.10 Em caso positivo, qual a frequência de atualização:	<input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> trimestral <input type="checkbox"/> semestral	<input type="checkbox"/> outro:
10.10.1 Quais profissionais participam da elaboração do programa:		
10.10.2 Descreva os procedimentos para elaboração do programa individualizado:		

<b>11 – Assistência à Saúde</b>		<b>SEMESTRAL</b>
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.3 Há distribuição de preservativos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: quinzenal <input type="checkbox"/> não
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não <u>Obs.: a empresa compra</u>
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não <u>Obs.: os exames são feitos na rede pública, sendo que a unidade só faz o encaminhamento.</u>
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não Tétano, febre amarela, hepatite e influenza. São realizadas, uma vez por ano, pela rede municipal de saúde.
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infecto-contagiosas?	Palestras educativas.	
11.12 Há ambulância na unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim (duas)	<input type="checkbox"/> não
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas tem acesso, quando necessário?	<input checked="" type="checkbox"/> Unidade Básica de Saúde – UBS <input checked="" type="checkbox"/> Unidade de Pronto Atendimento – UPA <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input checked="" type="checkbox"/> Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS <input type="checkbox"/> Outro: <u>Obs.: o encaminhamento irá depender da gravidade do estado de saúde do preso.</u>	

12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal<sup>10</sup>

Assinale na tabela:  
Ausência (A)  
Inconforme (I)  
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO <sup>11</sup>	Proporção	Estabelecimentos Penais				
		P <sup>12</sup>	CP	COL	COC	HCTP <sup>13</sup>
Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)	C				
Sala de acolhimento multiprofissional		C				
Sala de atendimento clínico multiprofissional		C				
Consultório de atendimento ginecológico com sanitário <sup>14</sup>		A				
Estoque		C				
Dispensação de medicamentos e estoque		C				
Cela enfermaria com solário <sup>15</sup>		±				
Sanitário para pacientes		C + I				
Consultório de atendimento odontológico		De 101 a 300 presos	C			
Sala multiuso	I					
Sala de procedimentos	I					
Laboratório de diagnóstico <sup>16</sup>	De 301 a 700 presos	A				
Sala de coleta de material para laboratório		A				
Sala de Raio X		A				
Cela de espera	De 701 a 1000 presos (40h/semana)					
Consultório Médico						
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem						
Cela de Observação (02 leitos)						
Central de material esterilizado / expurgo						
Rouparia						
Depósito de Material de Limpeza						
Sanitários para equipe de saúde						

<sup>10</sup> Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

<sup>11</sup> Legenda:  Existência obrigatória  Não é necessário

<sup>12</sup> Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou silimar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

<sup>13</sup> Conforme nota de rodapé 8.

<sup>14</sup> Em caso de unidades femininas.

<sup>15</sup> Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.

<sup>16</sup> O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de

<b>13 – Assistência Jurídica</b>		<b>SEMESTRAL</b>
13.1 As pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Defensoria Pública e apoio do advogado da empresa Umanizzare.	
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Parlatório	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
	Periodicidade: duas a 03 vezes por semana.	
13.6 Direitos concedidos		
a. Saídas temporárias	0 / mês	
b. Livramento condicional	0 / mês	
c. Progressões	-/ mês	
d. Indulto	0/ ano	

<b>14 – Assistência Laboral</b>		<b>SEMESTRAL</b>		
14.1 Há oficinas de trabalho?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade:		
	<input type="checkbox"/> não			
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?	Total: 1			
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?	Total:			
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos	Envolvidos Remunerados		
	Mulher	Homem		
		Envolvidos Não-Remunerados		
		Mulher		
		Homem		
a. Cozinha	-	-	-	-
b. Limpeza	-	06	-	-
c. Serviços Administrativos	-	12	-	12
d. Oficinas de trabalho	-	-	-	-
e. Biblioteca	-	01	-	-
f. Fábrica	-	-	-	-
g. Agricultura	-	-	-	-
h. Artesanato	-	*	-	-
i. Pecuária	-	-	-	-
j. Outros: 2	Especificar:			
	* Há atividades de artesanato e tapetes bordados, na cela.			
14.4.1 Remuneração	Mulher		Homem	
a. Cozinha	-		-	
b. Limpeza	-		-	
c. Serviços Administrativos	-		¾ do salário mínimo	
d. Oficinas de trabalho	-		-	
e. Biblioteca	-		-	
f. Fábrica	-		-	
g. Agricultura	-		-	
h. Artesanato	-		-	
i. Pecuária	-		-	
j. Outros	-		-	
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:			0	

entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.

14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho?  
Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?

sim  não  
Avaliação técnica e laudo psicológico antes da alocação, mas não há seqüência na avaliação.

14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho?  
Em caso positivo, descreva.

sim  não  
Obs.: não tem curso profissionalizante.

**15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer SEMESTRAL**

15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal<sup>17</sup>

Assinale na tabela:  
Ausência (A)  
Inconforme (I)  
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO <sup>18</sup>	P <sup>19</sup>	CP	COL	COC	HCTP <sup>20</sup>
Biblioteca	C				
Sala de aula <sup>21</sup>	C				
Instalação sanitária (pessoa presa)	I				
Sala de professores	C				
Sala de informática	A				
Sala de encontros com a sociedade <sup>22</sup>	A				

15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos:

30 alfabetização

\_\_\_\_\_ ensino fundamental

\_\_\_\_\_ ensino médio

\_\_\_\_\_ profissionalizante

\_\_\_\_\_ outros:

Especificar: 30 ao todo. Previsão de aumentar até 15. Aulas às 2<sup>as</sup>, 3<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup>, 2h30 por dia

15.3 Os cursos são ministrados por:

- Professores do Sistema Penitenciário Estadual
- Professores da Secretaria Estadual de Educação
- Professores da Secretaria Municipal de Educação
- Presos monitores
- Voluntários
- Outros professores:

Especificar: \_\_\_\_\_

<sup>17</sup> Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

<sup>18</sup> Legenda:  Existência obrigatória  Não é necessário

<sup>19</sup> Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

<sup>20</sup> Conforme nota de rodapé 8.

<sup>21</sup> Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

<sup>22</sup> Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.

15.4 Há atividades esportivas?	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim	Quais: futsal, futebol Onde: banho de sol
15.5 Há atividades culturais/lazer?	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim	Quais: Onde:
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:	Mini-biblioteca e uma volante (terça); passa o carro no pavilhão; 8 dias para ficar com os livros.	

<b>16 – Assistência Religiosa</b>		<b>SEMESTRAL</b>
16.1 Há visita de religiosos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	<input type="checkbox"/> Espíritas <input checked="" type="checkbox"/> Evangélicos <input type="checkbox"/> Outra:	<input type="checkbox"/> Católicos <input type="checkbox"/> de Matriz Africana
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	Nos pátios dos pavilhões.	
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

<b>17 – Assistência Social</b>		<b>SEMESTRAL</b>
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Documentos	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Benefícios da Previdência Social	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Ações com os egressos	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Ações com o SUAS	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Projetos, se sim, quais: ação de assistência social com os familiares, casamentos e batizados.	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

<b>18 – Segurança</b>		<b>SEMESTRAL</b>
18.1 A segurança interna é realizada por:	<input type="checkbox"/> policiais civis <input checked="" type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> outros: <input type="checkbox"/> agentes penitenciários
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Arma letal	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Taser	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Gás de pimenta / lacrimogênio	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Cacetete / Tonfa	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Algemas	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Rádio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Alarme	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Circuito de vigilância interna	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Outro:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.3 No caso de uso de arma de fogo:		
Os usuários têm porte de armas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
É garantido treinamento periódico?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

18.5 No caso de uso de arma tipo <i>Taser</i> os registros de descarga do equipamento são identificados por servidor?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
18.6 A segurança externa é realizada por: <input checked="" type="checkbox"/> policiais civis <input checked="" type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> terceiros <input type="checkbox"/> outros:	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários	
18.7 A escolta externa é realizada por: <input checked="" type="checkbox"/> policiais civis <input type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> terceiros <input type="checkbox"/> outros:	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários	
18.8 Há escolta externa específica para área de saúde: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não		
18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
18.10 Caso exista, quem são os envolvidos: <input type="checkbox"/> policiais civis <input type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> terceiros <input type="checkbox"/> outros:	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários	
18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada: Portal detector de metal Raquete detectora de metal Banco detector de metal Raio X Espectômetro Boddy Scanner Outro:	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> sim(materiais) <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> não

<b>19 – Disciplina e ocorrências</b>		<b>MENSAL</b>
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	<input type="checkbox"/> Livro <input type="checkbox"/> Procedimento Eletrônico <input type="checkbox"/> Outro: Arquivo	<input checked="" type="checkbox"/> PAD
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <u>Obs.: não há comissão disciplinar.</u>	<input type="checkbox"/> não
19.7 São executadas sanções coletivas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Se sim, em qual fase?	<input checked="" type="checkbox"/> fase administrativa <input checked="" type="checkbox"/> fase judicial	
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	São as mesmas das outras celas.	
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	<input type="checkbox"/> 10 dias <input checked="" type="checkbox"/> 30 dias	<input type="checkbox"/> 20 dias <input type="checkbox"/> outro:
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?	01 ano.	
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	07 (mês de agosto).	
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens
19.16 Fugas (pessoas)		0



19.17 Pessoas evadidas	0
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	0
19.19 Mortes naturais	0
19.20 Mortes por homicídio	01
19.21 Mortes acidentais	0
19.22 Mortes por suicídio	01
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	0

## 20 – Visitas SEMESTRAL

20.1 A visita social ocorre regularmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim frequência: uma vez por semana <input type="checkbox"/> não
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 6 ou 7 <input checked="" type="checkbox"/> 8 ou mais
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	<input checked="" type="checkbox"/> 1 ou 2 <input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 7 ou 8 <input type="checkbox"/> 9 ou mais Obs.: 02 adultos + crianças.
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	<input checked="" type="checkbox"/> pátio de visita <input type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:
20.5 Há local específico para visita de crianças?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim frequência: 3 vezes por mês <input type="checkbox"/> não
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Obs.: a informação é a de que os próprios interessados pediram para não receberem visitas íntimas.
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima?	<input checked="" type="checkbox"/> módulo de visita íntima <input type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	<input checked="" type="checkbox"/> mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectômetro) <input type="checkbox"/> manual sem desnudamento <input checked="" type="checkbox"/> com desnudamento <input checked="" type="checkbox"/> outro: nos materiais com Raio-X.
20.10 É permitida a visita de menores de 18 anos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

## 21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários MENSAL

21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	<input type="checkbox"/> Instalações <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Jurídica <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Saúde <input type="checkbox"/> Assistência Educacional <input checked="" type="checkbox"/> Assistência social <input type="checkbox"/> Atividades Esportivas <input type="checkbox"/> Lazer <input checked="" type="checkbox"/> Visita <input checked="" type="checkbox"/> Maus tratos ou tortura <input type="checkbox"/> Outros:
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input checked="" type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input checked="" type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica

	<input checked="" type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) <input type="checkbox"/> Uso de bala clava (capuz) <input type="checkbox"/> Outros:
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input checked="" type="checkbox"/> Outro: <u>Nenhuma</u>
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora?	<input checked="" type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro: Obs: <u>solicitado na reunião com as autoridades.</u>
21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	<input type="checkbox"/> Ouvidoria <input type="checkbox"/> Corregedoria <input type="checkbox"/> Disque 100 <input checked="" type="checkbox"/> Outro: <u>Nenhuma</u> <input type="checkbox"/> Conselho da Comunidade <input type="checkbox"/> Conselho Penitenciário <input type="checkbox"/> Comissão de DH da OAB
21.6 Outras informações: Segundo o diretor de segurança Jales, não havia denúncia de tortura, ou sindicância ou PAD para apurar tortura. Os presos reclamaram de denúncias de tortura em relação ao Jales (diretor adjunto da penitenciária e diretor de segurança) e ao Vanderlan (diretor da penitenciária).	

22 – Diversos		SEMESTRAL
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Todas as cartas são abertas (envio e recebimento).	
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não Obs.: a assistência social solicita.
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Motivo:		
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
b. TV	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
c. Vídeo/DVD	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
d. Geladeira	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
f. Ventilador	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

22.10 Se existe, em quais áreas:	<input type="checkbox"/> gestão <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> trabalho <input type="checkbox"/> comunicação <input type="checkbox"/> reciclagem <input type="checkbox"/> Outras:	<input type="checkbox"/> educação <input type="checkbox"/> assistência social <input checked="" type="checkbox"/> religiosa <input type="checkbox"/> cidadania <input type="checkbox"/> manutenção
Qual a frequência:	<input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> esporádica	<input type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> outro:
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	<input type="checkbox"/> separado <input type="checkbox"/> não é recolhido <input type="checkbox"/> outro:	<input type="checkbox"/> reciclado <input checked="" type="checkbox"/> coleta municipal

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: mensal
b. Juiz de Execução	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: mensal
c. Ministério Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: mensal
d. Defensor Público	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Frequência: _____
Obs.: a Defensoria Pública só realiza atendimento.		
e. Conselho Penitenciário	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: _____
f. Conselho da Comunidade	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: _____
Obs.: há 03 meses que não realiza visita.		
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Frequência: _____
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Frequência: _____
h. Pastoral Carcerária	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Frequência: _____
i. Outros:		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados		SEMESTRAL			
Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial		X			
24.2 Manutenção			X		
24.3 Limpeza		X			
24.4 Ventilação das celas				X	
24.5 Iluminação das celas			X		
24.6 Insolação das celas				X	
24.7 Cozinha		X			
24.8 Refeitório					X
24.9 Assistência à saúde		X			
24.10 Assistência à educação			X		
24.11 Assistência jurídica			X		
24.12 Assistência social					X

24.13 Atividades laborais				X	
24.14 Cela para isolamento/seguro			X		
24.15 Cela de sanção disciplinar			X		
24.16 Local de visita social			X		
24.17 Local de visita íntima		X			
24.18 Pátio de sol					X
24.19 Alojamento dos agentes					X
24.20 Segurança			X		
24.21 Procedimentos da unidade				X	

## 25 – Conclusão

**SEMESTRAL**

**25.1 Irregularidades encontradas com base na Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), Constituição Federal/88, Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Lei n.º 9.455/97 (Crimes de Tortura), Lei 10.172/2011 – Plano Nacional de Educação, e Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003.**

-	Ocupação total superior à capacidade da unidade <b>(art. 85 da LEP)</b>
-	N.º de presos por cela superior ao n.º definido em lei <b>(art. 88 da LEP)</b>
	Presença de pessoas com idade acima de 60 anos junto aos demais presos <b>(art. 82, § 1º da LEP)</b>
X	Irregularidade na distribuição dos presos nas celas, com presença de presos provisórios junto a presos condenados e presos primários com reincidentes <b>(art. 84, § 1º da LEP, art. 7º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
X	Falta de programa individualizador da pena privativa de liberdade <b>(art. 6º da LEP)</b>
X	Existência de pessoas presas por medida de segurança cumprindo pena junto aos demais presos <b>(anexo da Resolução n.º 05/2004 do CNPCP, e art. 4º, Resolução n.º 12/2009 do CNPCP)</b>
-	Presença de adolescentes no estabelecimento <b>(arts. 123 e 185 do ECA);</b>
-	Presença de mulheres em ambientes de homens <b>(art. 82, § 1º da LEP)</b>
-	Presença de agentes do sexo masculino nas dependências internas dos estabelecimentos penais femininos <b>(art. 83 § 3º da LEP)</b>
-	Inexistência de berçário para crianças nas unidades prisionais femininas <b>(art. 83 § 2º da LEP, e art. 10, Resolução n.º 4/2009 do CNPCP)</b>
-	Ausência de seção para gestante e parturiente nos estabelecimentos penais femininos <b>(art. 89 da LEP)</b>
-	Ausência de creche para abrigar crianças entre 06 meses e 7 anos nos estabelecimentos penais femininos <b>(art. 89 da LEP)</b>
-	Ausência ou número insuficiente de camas individuais <b>(art. 8º, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
	Condições precárias de higiene e limpeza das celas <b>(art. 9º da Resolução n.º 14/94 CNPCP)</b>
-	Falta de cardápio alimentar orientado por nutricionistas <b>(art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
X	N.º de refeições por dia inadequado às necessidades dos presos <b>(art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
-	Roupas fornecidas pelo estabelecimento impróprias às condições climáticas <b>(art. 12, caput, da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
-	Roupas sujas e/ou em mau estado de conservação <b>(art. 12, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
-	Inexistência de local para aquisição de produtos permitidos para higiene pessoal, mas não fornecidos pela administração <b>(art. 13 da LEP)</b>

-	Inexistência de sanitário na própria cela ( <b>art. 88, caput, da LEP</b> )
-	Falta de assistência jurídica regular aos presos carentes ( <b>arts. 15, 16 e 41, VII da LEP</b> )
X	Ausência de instalação destinada à Defensoria Pública ( <b>art. 83 § 5º da LEP</b> )
X	Inexistência de local destinado a atividades de estágio para universitários ( <b>art. 83, § 1º da LEP</b> )
-	Inexistência de curso de alfabetização ( <b>art. 40, p. un. da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
X	Inexistência de educação de ensino fundamental ( <b>art. 18 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001</b> )
X	Inexistência de educação de ensino profissional ( <b>art. 19 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001</b> )
-	Ausência de biblioteca ( <b>art. 21 da LEP</b> )
X	Não oferecimento de atividade física e/ou recreação ( <b>art. 23, IV e art. 41, V e VI da LEP, art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Ausência de sala de aula para cursos básico e profissionalizante ( <b>art. 83 § 4º da LEP</b> )
-	Falta de serviço de assistência social ( <b>arts. 22 e 41, VII da LEP</b> )
X	Inexistência de cursos de qualificação para o servidor penitenciário ( <b>art. 77, § 1º da LEP e art. 49 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Ausência de equipe de saúde própria nas unidades com mais de 100 presos ( <b>art. 8º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777, de 09/09/2003</b> )
-	Não disponibilização dos medicamentos básicos do SUS ( <b>art. 8º, § 4º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003</b> )
-	Nº de agentes penitenciários inferior ao recomendado: 5 presos por agente penitenciário, no mínimo ( <b>art. 1º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP</b> )
X	Ausência de profissionais da equipe técnica ou nº insuficiente abaixo do recomendado ( <b>art. 2º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP</b> )
-	Inexistência de audiência especial com o diretor do estabelecimento ( <b>art. 41, XIII da LEP</b> )
-	Falta de concessão de banho de sol regular aos presos ( <b>art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Proibição da utilização dos meios de informação ( <b>art. 41, XV da LEP</b> )
-	Proibição da utilização de correspondência escrita externa ( <b>art. 41, XV da LEP</b> );
-	Falta de tratamento nominal dos presos ( <b>art. 41, XI da LEP e art. 4º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> );
-	Inexistência de local específico para guarda de objetos pessoais dos presos ( <b>art. 45, §§ 1º e 2 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> );
-	Impedimento de visita íntima para relações homoafetivas ( <b>art. 2º, Resolução nº 04/2011 do CNPCP</b> )
X	Inexistência de Comissão Técnica de Classificação dos Condenados ( <b>art. 6º da LEP</b> )
X	Deficiência na composição da Comissão Técnica ( <b>art. 7º da LEP</b> )
	Condições inadequadas de realização de trabalho:
X	Trabalho não remunerado ( <b>arts. 29 e 41, II da LEP</b> ); Jornada reduzida ou ampliada ( <b>art. 33 da LEP</b> ); Tipo de trabalho incompatível com a condição de idoso, doente ou pessoa com deficiência ( <b>art. 32, §§ 2º e 3º da LEP</b> );
X	Inexistência de trabalho voltado para a reinserção social do condenado ( <b>art. 23, V da LEP</b> );
X	Indícios de ocorrência de atos tipificados como tortura ( <b>Lei 9.455/97</b> )

### 3. Casa de Prisão Provisória de Palmas

A equipe foi recebida pelo diretor da unidade, Sr. Jean Pereira da Silveira. Acompanharam a visita o defensor público federal Sr. Wilton Resplande de Carvalho (também membro do Conselho Penitenciário), Sra. Sheldlin Melo Marinho e Sra. Daniella Monticell Guimarães, da Defensoria Pública da União; Sra. Orcidália Martins Feitosa e Sra. Adelaide Gomes de Araújo, da Secretaria Estadual de Educação; Sra. Sílvia Patrícia da Costa, membro do Conselho Penitenciário e do Conselho de Direitos Humanos de Palmas; Sr. Bonfim Santana Pinto, presidente do Conselho Penitenciário; e Sra. Maria Clélia Veras César Silva, da Escola Penitenciária e do Conselho Penitenciário.

Data: 30/08/13

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Núcleo de Custódia e Casa de Prisão Provisória de Palmas	
2.2 Apelido da unidade:	CPP	
2.2.1 Endereço:	Rodovia TO 020 km 1	
2.2.2 Cidade/UF:	Palmas/TO	
2.3	<input type="checkbox"/> Penitenciária <input checked="" type="checkbox"/> Cadeia Pública / Presídio <input type="checkbox"/> Colônias agrícolas, industriais ou similares <input type="checkbox"/> Centro de Observação Criminológica <input type="checkbox"/> Hospital de Custódia <input type="checkbox"/> Casa de Albergado	
2.4	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	<input checked="" type="checkbox"/> Pública (Diretor e alguns agentes) <input checked="" type="checkbox"/> Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) <input checked="" type="checkbox"/> Terceirização da equipe técnica e administrativa <input checked="" type="checkbox"/> Terceirização da equipe de segurança Obs.: a segurança é conjunta (pública e terceirizada) <input type="checkbox"/> Método APAC	
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Jean Pereira da Silveira	
3.3 Cargo:	Diretor	
3.4 Formação Profissional	<input type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Ciências Sociais <input type="checkbox"/> Psicologia <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Serviço Social <input type="checkbox"/> Outra:	
3.5 Responsável pela segurança:	Rui Emanuel Alves Marinho	
3.6 Cargo:	Chefe de segurança	
3.7 Formação Profissional:	Bacharel em Direito	
3.8 Quantidade de computadores:	<input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 6 <input type="checkbox"/> 7 a 9 <input type="checkbox"/> 10 a 12 <input type="checkbox"/> 13 a 15 <input checked="" type="checkbox"/> > 15	
3.9 Acesso à Internet	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
3.10 Alimenta o INFOPEN	<input type="checkbox"/> Integralmente <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não alimenta <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Outro: Semanal	
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim

**4 – Características do Estabelecimento** **SEMESTRAL**

4.1 Capacidade total:	260							
4.1.2 Lotação total:	417							
4.2 Capacidade Mulheres:	4.3 Capacidade homens: 260	4.4 Capacidade LGBT:						
4.2.1 Lotação Mulheres:	4.3.1 Lotação homens: 417	4.4.1 Lotação LGBT:						
<input type="checkbox"/> Condenada <input type="checkbox"/> Provisória	<input checked="" type="checkbox"/> Condenado <input checked="" type="checkbox"/> Provisório	<input type="checkbox"/> Condenada/o <input type="checkbox"/> Provisória/o						
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não						
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não						
4.7 Há alas separadas para idosos?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não						
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não						
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não						
4.10 Há alas separadas para LGBT?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não						
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não						
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não						
4.13 Há celas metálicas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não						
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal <sup>23</sup>  Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C)  Observações:	<b>Estabelecimento penal</b>	Peniten- ciária	Colônia <sup>25</sup>	Cadeia pública <sup>26</sup>	COC <sup>27</sup>	Casa do Albergado	HCTP <sup>28</sup>	
	<b>Módulos<sup>24</sup></b>							
	Guarda Externa							
	Agente Penitenciário / Monitor				<b>C</b>			
	Administração							
	Recepção/Revista							
	Centro observação / triagem / Inclusão			<b>I</b>				
	Tratamento Penal							
	Vivência coletiva				<b>I</b>			
	Vivência individual				<b>A</b>			
	Serviços							
	Saúde				<b>I</b>			
	Tratamento para dependentes químicos				<b>A</b>			
	Oficina de trabalho							
	Educativo				<b>I</b>			
	Polivalente							
	Creche							
	Berçário				-			
	Visita íntima				<b>A</b>			
	Esportes							
4.15 Número de celas individuais	Homens: 0		Mulheres:					

<sup>23</sup> Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

<sup>24</sup> Legenda:  Existência obrigatória     Existência facultativa     Não é necessário

<sup>25</sup> Colônia agrícola, industrial ou similar.

<sup>26</sup> Presídio ou estabelecimento congênere.

<sup>27</sup> Centro de observação criminológica.

<sup>28</sup> Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.

4.15.1 Lotação celas individuais	Homens: 0	Mulheres:
4.15.2 Dimensão	m X m	m X m
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 28	Mulheres:
4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens: 4	Mulheres:
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens: 9-10	Mulheres:
4.16.3 Dimensão	4 m X 8 m e 4 X 4 m	m X m
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	<input type="checkbox"/> 1 a 3% <input type="checkbox"/> 3 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input type="checkbox"/> > 10%	
4.18 Ventilação cruzada geral	<input type="checkbox"/> insuficiente <input checked="" type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.19 Ventilação cruzada nas celas	<input type="checkbox"/> insuficiente <input checked="" type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.20 Iluminação natural nas celas	<input type="checkbox"/> inexistente <input checked="" type="checkbox"/> existente	
4.21 Incidência de sol nas celas	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.22 Programa de combate a incêndio	<input type="checkbox"/> inexistente <input checked="" type="checkbox"/> existente	
4.23 Extintores de incêndio	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> sem condições de uso <input type="checkbox"/> em condições de uso	
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Quais: Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho. <input type="checkbox"/> não	

<b>5 – Características das Pessoas Presas</b>		<b>MENSAL</b>
5.1 Há pessoas com deficiência?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 02
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 26
5.3 Há indígenas presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 01
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Obs.: acompanhamento do CIME.	
5.5 Há estrangeiros presos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.6 Há adolescentes internados no local?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 06
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.13 Há pessoas presas com HIV?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:



5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.17 Há pessoas presas em RDD?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:

<b>6 – Características das Pessoas cumprindo Medida Segurança</b>		<b>MENSAL</b>
6.1 Quantidade de pessoas cumprindo medida de internação:	06	6.2 Quantidade de pessoas cumprindo medida ambulatorial: 0
6.3 Pacientes com mais tempo de internação:	<input type="checkbox"/> até 1 ano <input type="checkbox"/> de 1 a 3 anos <input type="checkbox"/> de 4 a 6 anos <input type="checkbox"/> de 7 a 9 anos <input type="checkbox"/> de 10 a 20 anos <input type="checkbox"/> de 21 a 30 anos <input type="checkbox"/> mais que 30 anos	Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade: Quantidade:
6.4 Há pacientes com alta médica?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
6.5 Pacientes indultados no último ano:	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
6.6 Pacientes encaminhados no último ano para:	<input checked="" type="checkbox"/> Centro de Atenção Psicossocial - CAPS <input type="checkbox"/> Serviços Residenciais Terapêuticos -SRTs <input type="checkbox"/> Programa de Volta para Casa – PVC <input type="checkbox"/> Outro:	Quantidade: 06 Quantidade: Quantidade: Quantidade:
6.7 Periodicidade do exame de cessação de periculosidade	<input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Outro:	<input checked="" type="checkbox"/> Quando solicitado

<b>7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento</b>		<b>SEMESTRAL</b>
7.1 Total de RH na área de segurança:	22 (Estado) + 30 (empresa Umanizzare)	
7.2 Total de RH na área administrativa:	10 (Estado) + 22 (Umanizzare)	
7.3 Total de RH na área técnica:	10 (Umanizzare)	
7.4 Total Geral:	92	
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input type="checkbox"/> Outra forma de contratação: <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade
7.6 Auxiliares de Enfermagem	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade
7.7 Assistentes Sociais	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> SUAS <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade
7.8 Dentistas	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Própria Unidade
7.9 Enfermeiros	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> SUS	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade

	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.10 Médicos – Clínico Geral	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade
7.11 Médicos – Psiquiatras	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade
7.13 Pedagogos	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 01 <input type="checkbox"/> Secretaria de Educação <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade
7.14 Psicólogos	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 01 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade
7.15 Terapeutas Ocupacionais	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade
7.17 Agentes Prisionais	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 07 mulheres 25 homens
7.18 Escala de trabalho:	24 x 72 (plantão) e expediente
7.19 Há utilização de uniforme?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Com identificação pessoal: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? <input checked="" type="checkbox"/> Curso de Formação <input checked="" type="checkbox"/> Cursos Especiais Entidade Executora:	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária Obs.: o curso de formação ocorre quando do ingresso; já os cursos especiais serão telepresenciais.

<b>8 – Condições Materiais</b>		<b>SEMESTRAL</b>
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim (colchões) <input type="checkbox"/> não (camas)	
8.2 Há distribuição de uniformes?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.3 Há distribuição de calçados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.5 Há distribuição de toalhas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:	3 meses (uniformes e roupas de cama) e 04 meses (os demais).	
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quais: sabonete, barbeador e papel higiênico.	
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quais: sabão (em pó e em barra), água sanitária e desinfetante.	
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	Colchões esparramados no chão e algumas camas. Os objetos de uso pessoal ficam esparramados na cela. Há, por exemplo, ventilador, TV, entre outros.	
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	10	
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.19 Número de pessoas por chuveiro	10	
8.20 É garantido o banho diário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.21 A água é aquecida?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
8.22 É fornecida água potável?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.23 A água é racionada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?		
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	<input checked="" type="checkbox"/> hidráulico <input checked="" type="checkbox"/> elétrica (gambiarras) <input type="checkbox"/> edificação <input type="checkbox"/> outros:	

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?		
9.5 N.º de refeições diárias: 03	9.6 Horários das refeições: 6h30-7h/ 11h/ 17h	9.7 Onde as refeições são realizadas? <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> refeitório <input type="checkbox"/> outro:
9.8 Há controle de qualidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Qual: controle de amostra e temperatura. <input type="checkbox"/> não
9.9 Descrever o controle:		15 dias estocáveis/ 7 dias carnes/ hortifruti 2 vezes por semana.
9.10 As refeições são	<input checked="" type="checkbox"/> padronizadas <input checked="" type="checkbox"/> adaptadas por motivos de:	<input checked="" type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> religiosos <input type="checkbox"/> outros
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	<input checked="" type="checkbox"/> família	<input type="checkbox"/> compra <input type="checkbox"/> outro:

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: 22h		
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência: diária		10.3 Tempo de visita: 12h-17h Frequência: sábado ou domingo
10.4 Tempo de atividades educacionais: 2h30 (Programa Brasil Alfabetizado) e 4h (Ensino Fundamental e Médio) Frequência: segunda, terça e sexta (Brasil Alfabetizado) e diária (Ensinos Fundamental e Médio). <u>Obs.: as aulas dos Ensinos Fundamental e Médio ainda não começaram.</u>		10.5 Tempo de atividades laborais: 4h Frequência: diária
10.6 Tempo de atividades religiosas: 2h Frequência: terça, quinta e sexta.		10.7 Tempo de visita íntima: tempo da visita social Frequência: sábado ou domingo
10.8 Tempo de atividades esportivas: 2h Frequência: diária (durante o banho de sol)		10.8 Tempo das atividades culturais: - Frequência: -
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

11 – Assistência à Saúde		SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.3 Há distribuição de preservativos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: diária <input type="checkbox"/> não
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não Obs.: <u>há bateria de exames básicos + HIV, hepatite e sífilis para quem ingressa.</u>
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não Hepatite, influenza etc (conforme calendário do município).
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infecto-contagiosas?	Material informativo do município.	
11.12 Há ambulância na unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas tem acesso, quando necessário?	<input type="checkbox"/> Unidade Básica de Saúde – UBS <input type="checkbox"/> Unidade de Pronto Atendimento – UPA <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input checked="" type="checkbox"/> Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS <input type="checkbox"/> Outro:	

12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal<sup>29</sup>

Assinale na tabela:  
Ausência (A)  
Inconforme (I)  
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO <sup>30</sup>	Proporção	Estabelecimentos Penais				
		P <sup>31</sup>	CP	COL	COC	HCTP <sup>32</sup>
Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)		I			
Sala de acolhimento multiprofissional			C			
Sala de atendimento clínico multiprofissional			C			
Consultório de atendimento ginecológico com sanitário <sup>33</sup>			-			
Estoque			C			
Dispensação de medicamentos e estoque			C			
Cela enfermaria com solário <sup>34</sup>			A			
Sanitário para pacientes			C			
Consultório de atendimento odontológico		De 101 a 300 presos		C		
Sala multiuso			C			
Sala de procedimentos			A			
Laboratório de diagnóstico <sup>35</sup>	De 301 a 700 presos		A			
Sala de coleta de material para laboratório			C			
Sala de Raio X	De 701 a 1000 presos (40h/semana)		A			
Cela de espera			-			
Consultório Médico			-			
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem			-			
Cela de Observação (02 leitos)			-			
Central de material esterilizado / expurgo			-			
Rouparia			-			
Depósito de Material de Limpeza			-			
Sanitários para equipe de saúde			-			

<sup>29</sup> Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

<sup>30</sup> Legenda:  Existência obrigatória  Não é necessário

<sup>31</sup> Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou silimar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

<sup>32</sup> Conforme nota de rodapé 8.

<sup>33</sup> Em caso de unidades femininas.

<sup>34</sup> Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.

<sup>35</sup> O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 As pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Defensoria Pública do Estado ou da União.	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Parlatório (advogado) e cela (Defensoria).	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.6 Direitos concedidos	Periodicidade: semanal	
a. Saídas temporárias	_____ / mês	
b. Livramento condicional	_____ / mês	
c. Progressões	5 _____ / mês	
d. Indulto	_____ / ano	

14 – Assistência Laboral		SEMESTRAL
14.1 Há oficinas de trabalho?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: _____
	<input type="checkbox"/> não	
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?	Total: 1	
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?	Total: 0	
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos	Envolvidos Remunerados
	Mulher	Homem
a. Cozinha	-	07
b. Limpeza	-	-
c. Serviços Administrativos	-	06
d. Oficinas de trabalho	-	-
e. Biblioteca	-	-
f. Fábrica	-	-
g. Agricultura	-	-
h. Artesanato	-	-
i. Pecuária	-	-
j. Outros:	_____	
Especificar:	_____	
	_____	
14.4.1 Remuneração	Mulher	Homem
a. Cozinha	-	-
b. Limpeza	-	-
c. Serviços Administrativos	-	-
d. Oficinas de trabalho	-	-
e. Biblioteca	-	-
f. Fábrica	-	-
g. Agricultura	-	-
h. Artesanato	-	-
i. Pecuária	-	-
j. Outros	-	-

entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.

14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:	
14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Avaliação técnica e laudo psicológico.
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não

**15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer SEMESTRAL**

15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal<sup>36</sup>

Assinale na tabela:

Ausência (A)  
Inconforme (I)  
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO <sup>37</sup>	P <sup>38</sup>	CP	COL	COC	HCTP <sup>39</sup>
Biblioteca		C			
Sala de aula <sup>40</sup>		C			
Instalação sanitária (pessoa presa)		C			
Sala de professores		C			
Sala de informática		A			
Sala de encontros com a sociedade <sup>41</sup>					

15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos:

10 alfabetização  
0 ensino fundamental  
0 ensino médio  
0 profissionalizante  
\_\_\_\_\_ outros:

Especificar: \_\_\_\_\_

15.3 Os cursos são ministrados por:

- Professores do Sistema Penitenciário Estadual  
 Professores da Secretaria Estadual de Educação  
 Professores da Secretaria Municipal de Educação  
 Presos monitores  
 Voluntários  
 Outros professores:

Especificar: Processo seletivo do Brasil Alfabetizado. Quando a Escola for instalada, os professores serão da Secretaria Estadual de Educação.

<sup>36</sup> Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

<sup>37</sup> Legenda:  Existência obrigatória  Não é necessário

<sup>38</sup> Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

<sup>39</sup> Conforme nota de rodapé 8.

<sup>40</sup> Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

<sup>41</sup> Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.



15.4 Há atividades esportivas?	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim	Quais: mini-campeonato de futebol. Promessa de desenvolvimento de atividades de educação física. Onde: no pátio, durante o banho de sol.
15.5 Há atividades culturais/lazer?	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim	Quais: Projeto Capoeira – 30 pesos. Onde:
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:		Mediante requerimento à administração da empresa terceirizada.

<b>16 – Assistência Religiosa</b>		<b>SEMESTRAL</b>
16.1 Há visita de religiosos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	<input type="checkbox"/> Espíritas <input checked="" type="checkbox"/> Evangélicos <input type="checkbox"/> Outra:	<input checked="" type="checkbox"/> Católicos <input type="checkbox"/> de Matriz Africana
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?		Banho de sol + cela (Igreja).
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

<b>17 – Assistência Social</b>		<b>SEMESTRAL</b>
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Documentos	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Benefícios da Previdência Social	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Ações com os egressos	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Ações com o SUAS	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Projetos, se sim, quais:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

<b>18 – Segurança</b>		<b>SEMESTRAL</b>
18.1 A segurança interna é realizada por:	<input checked="" type="checkbox"/> policiais civis <input checked="" type="checkbox"/> terceiros (Umanizzare)	<input type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> outros: <input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Arma letal	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Taser	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Gás de pimenta / lacrimogênio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Cacetete / Tonfa	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Algemas	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Rádio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Alarme	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Circuito de vigilância interna	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Outro:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

18.3 No caso de uso de arma de fogo: Os usuários têm porte de armas? É garantido treinamento periódico?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não	Obs.: o uso de arma de fogo é realizado pelas polícias militar e civil.
18.4 No caso de emprego de arma de fogo?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
18.5 No caso de uso de arma tipo Taser os registros de descarga do equipamento são identificados por servidor?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
18.6 A segurança externa é realizada por: <input type="checkbox"/> policiais civis <input type="checkbox"/> terceiros	<input checked="" type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> outros:	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários	
18.7 A escolta externa é realizada por: <input checked="" type="checkbox"/> policiais civis <input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> policiais militares <input type="checkbox"/> outros:	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários	
18.8 Há escolta externa específica para área de saúde: <input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não		
18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	
18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada: Portal detector de metal Raquete detectora de metal Banco detector de metal Raio X Espectômetro Boddy Scanner Outro:	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> não	

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL	
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.2 Qual a forma adotada para o registro? Obs.: relatório da empresa, livro de ocorrências internas.	<input checked="" type="checkbox"/> Livro <input type="checkbox"/> Procedimento Eletrônico <input type="checkbox"/> Outro	<input checked="" type="checkbox"/> PAD	
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	Obs.: não são registradas as faltas leves e médias.
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.7 São executadas sanções coletivas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	
19.8 É observado o direito de defesa do preso?  Se sim, em qual fase?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> fase administrativa <input type="checkbox"/> fase judicial
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	Não tem cela específica. Ocorre no pavilhão.		
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	<input type="checkbox"/> 10 dias <input type="checkbox"/> 30 dias	<input type="checkbox"/> 20 dias <input type="checkbox"/> outro:	Obs.: não há cela de isolamento.

19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?	Suspensão da visita; 50% da sanção; assistente social e psicólogo fazem avaliação.	
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	0	
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens
19.16 Fugas (pessoas)	-	0
19.17 Pessoas evadidas	-	1
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	-	0
19.19 Mortes naturais	-	0
19.20 Mortes por homicídio	-	1
19.21 Mortes acidentais	-	0
19.22 Mortes por suicídio	-	0
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	-	0

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim frequência: sábado ou domingo. <input type="checkbox"/> não	
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 6 ou 7 <input checked="" type="checkbox"/> 8 ou mais	
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	<input checked="" type="checkbox"/> 1 ou 2 <input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 7 ou 8 <input type="checkbox"/> 9 ou mais	
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	<input type="checkbox"/> pátio de visita <input checked="" type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:	
20.5 Há local específico para visita de crianças?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim frequência: durante a visita social <input type="checkbox"/> não	
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Obs.: caso seja solicitada.	
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima?	<input type="checkbox"/> módulo de visita íntima <input type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:	
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	<input checked="" type="checkbox"/> mecânica(detector de metais, raquetes, banco, espectômetro) <input type="checkbox"/> manual sem desnudamento <input checked="" type="checkbox"/> com desnudamento <input type="checkbox"/> outro:	
20.10 É permitida a visita de menores de 18 anos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	<input type="checkbox"/> Instalações <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Jurídica <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Educacional <input checked="" type="checkbox"/> Assistência social <input type="checkbox"/> Atividades Esportivas <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Visita <input checked="" type="checkbox"/> Maus tratos ou tortura <input checked="" type="checkbox"/> Outros: Realização de revista íntima em familiar.	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes	

	<input checked="" type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujus, com insetos, entre outros aspectos) <input type="checkbox"/> Uso de bala clava (capuz) <input type="checkbox"/> Outros:	
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input checked="" type="checkbox"/> Outro: Nenhuma.	
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora?	<input checked="" type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro: Solicitado na reunião com as autoridades.	
21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	<input type="checkbox"/> Ouvidoria <input type="checkbox"/> Corregedoria <input type="checkbox"/> Disque 100 <input checked="" type="checkbox"/> Outro: nenhuma	<input type="checkbox"/> Conselho da Comunidade <input type="checkbox"/> Conselho Penitenciário <input type="checkbox"/> Comissão de DH da OAB
21.6 Outras informações: Sem PAD ou sindicância abertos em relação à tortura.		

22 – Diversos		SEMESTRAL
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Pelos familiares, sendo que a administração não abre as cartas.	
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Motivo:		
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
b. TV	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
c. Vídeo/DVD	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
d. Geladeira	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
f. Ventilador	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

22.10 Se existe, em quais áreas:	<input type="checkbox"/> gestão <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> trabalho <input type="checkbox"/> comunicação <input type="checkbox"/> reciclagem <input type="checkbox"/> Outras:	<input type="checkbox"/> educação <input type="checkbox"/> assistência social <input type="checkbox"/> religiosa <input checked="" type="checkbox"/> cidadania <input type="checkbox"/> manutenção
Qual a frequência: Obs.: Associação de Representantes de Familiares dos Presos.	<input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> esporádico	<input checked="" type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> outro:
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	<input type="checkbox"/> separado <input type="checkbox"/> não é recolhido <input type="checkbox"/> outro:	<input type="checkbox"/> reciclado <input checked="" type="checkbox"/> coleta municipal

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: mensal
b. Juiz de Execução	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: mensal
c. Ministério Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: semanal
d. Defensor Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: semanal
e. Conselho Penitenciário	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: semanal
f. Conselho da Comunidade	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: semanal
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Frequência: _____
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: _____
h. Pastoral Carcerária	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: semanal
i. Outros:		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados		SEMESTRAL			
Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial			X		
24.2 Manutenção			X		
24.3 Limpeza		X			
24.4 Ventilação das celas		X			
24.5 Iluminação das celas			X		
24.6 Insolação das celas				X	
24.7 Cozinha			X		
24.8 Refeitório					X
24.9 Assistência à saúde			X		
24.10 Assistência à educação				X	
24.11 Assistência jurídica				X	
24.12 Assistência social				X	
24.13 Atividades laborais				X	
24.14 Cella para isolamento/seguro				X	
24.15 Cella de sanção disciplinar				X	

24.16 Local de visita social					Não há
24.17 Local de visita íntima					Não há
24.18 Pátio de sol					X
24.19 Alojamento dos agentes					X
24.20 Segurança				X	
24.21 Procedimentos da unidade				X	

## 25 – Conclusão

**SEMESTRAL**

**25.1 Irregularidades encontradas com base na Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), Constituição Federal/88, Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Lei n.º 9.455/97 (Crimes de Tortura), Lei 10.172/2011 - Plano Nacional de Educação, e Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003.**

X	Ocupação total superior à capacidade da unidade <b>(art. 85 da LEP)</b>
X	N.º de presos por cela superior ao n.º definido em lei <b>(art. 88 da LEP)</b>
X	Presença de pessoas com idade acima de 60 anos junto aos demais presos <b>(art. 82, § 1º da LEP)</b>
X	Irregularidade na distribuição dos presos nas celas, com presença de presos provisórios junto a presos condenados e presos primários com reincidentes <b>(art. 84, § 1º da LEP, art. 7º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
X	Falta de programa individualizador da pena privativa de liberdade <b>(art. 6º da LEP)</b>
X	Existência de pessoas presas por medida de segurança cumprindo pena junto aos demais presos <b>(anexo da Resolução n.º 05/2004 do CNPCP, e art. 4º, Resolução n.º 12/2009 do CNPCP)</b>
-	Presença de adolescentes no estabelecimento <b>(arts. 123 e 185 do ECA);</b>
-	Presença de mulheres em ambientes de homens <b>(art. 82, § 1º da LEP)</b>
-	Presença de agentes do sexo masculino nas dependências internas dos estabelecimentos penais femininos <b>(art. 83 § 3º da LEP)</b>
-	Inexistência de berçário para crianças nas unidades prisionais femininas <b>(art. 83 § 2º da LEP, e art. 10, Resolução n.º 4/2009 do CNPCP)</b>
-	Ausência de seção para gestante e parturiente nos estabelecimentos penais femininos <b>(art. 89 da LEP)</b>
-	Ausência de creche para abrigar crianças entre 06 meses e 7 anos nos estabelecimentos penais femininos <b>(art. 89 da LEP)</b>
X	Ausência ou número insuficiente de camas individuais <b>(art. 8º, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
	Condições precárias de higiene e limpeza das celas <b>(art. 9º da Resolução n.º 14/94 CNPCP)</b>
-	Falta de cardápio alimentar orientado por nutricionistas <b>(art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
X	N.º de refeições por dia inadequado às necessidades dos presos <b>(art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
-	Roupas fornecidas pelo estabelecimento impróprias às condições climáticas <b>(art. 12, caput, da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
-	Roupas sujas e/ou em mau estado de conservação <b>(art. 12, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
-	Inexistência de local para aquisição de produtos permitidos para higiene pessoal, mas não fornecidos pela administração <b>(art. 13 da LEP)</b>
-	Inexistência de sanitário na própria cela <b>(art. 88, caput, da LEP)</b>
-	Falta de assistência jurídica regular aos presos carentes <b>(arts. 15, 16 e 41, VII da LEP)</b>
X	Ausência de instalação destinada à Defensoria Pública <b>(art. 83 § 5º da LEP)</b>

X	Inexistência de local destinado a atividades de estágio para universitários <b>(art. 83, § 1º da LEP)</b>
-	Inexistência de curso de alfabetização <b>(art. 40, p. un. da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
-	Inexistência de educação de ensino fundamental <b>(art. 18 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)</b>
X	Inexistência de educação de ensino profissional <b>(art. 19 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)</b>
-	Ausência de biblioteca <b>(art. 21 da LEP)</b>
X	Não oferecimento de atividade física e/ou recreação <b>(art. 23, IV e art. 41, V e VI da LEP, art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
-	Ausência de sala de aula para cursos básico e profissionalizante <b>(art. 83 § 4º da LEP)</b>
-	Falta de serviço de assistência social <b>(arts. 22 e 41, VII da LEP)</b>
X	Inexistência de cursos de qualificação para o servidor penitenciário <b>(art. 77, § 1º da LEP e art. 49 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
X	Ausência de equipe de saúde própria nas unidades com mais de 100 presos <b>(art. 8º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777, de 09/09/2003)</b>
-	Não disponibilização dos medicamentos básicos do SUS <b>(art. 8º, § 4º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003)</b>
X	Nº de agentes penitenciários inferior ao recomendado: 5 presos por agente penitenciário, no mínimo <b>(art. 1º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)</b>
X	Ausência de profissionais da equipe técnica ou nº insuficiente abaixo do recomendado <b>(art. 2º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)</b>
	Inexistência de audiência especial com o diretor do estabelecimento <b>(art. 41, XIII da LEP)</b>
-	Falta de concessão de banho de sol regular aos presos <b>(art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
-	Proibição da utilização dos meios de informação <b>(art. 41, XV da LEP)</b>
-	Proibição da utilização de correspondência escrita externa <b>(art. 41, XV da LEP);</b>
-	Falta de tratamento nominal dos presos <b>(art. 41, XI da LEP e art. 4º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);</b>
	Inexistência de local específico para guarda de objetos pessoais dos presos <b>(art. 45, §§ 1º e 2 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);</b>
-	Impedimento de visita íntima para relações homoafetivas <b>(art. 2º, Resolução nº 04/2011 do CNPCP)</b>
X	Inexistência de Comissão Técnica de Classificação dos Condenados <b>(art. 6º da LEP)</b>
X	Deficiência na composição da Comissão Técnica <b>(art. 7º da LEP)</b>
	Condições inadequadas de realização de trabalho:  Trabalho não remunerado <b>(arts. 29 e 41, II da LEP);</b> Jornada reduzida ou ampliada <b>(art. 33 da LEP);</b> Tipo de trabalho incompatível com a condição de idoso, doente ou pessoa com deficiência <b>(art. 32, §§ 2º e 3º da LEP);</b>
X	Inexistência de trabalho voltado para a reinserção social do condenado <b>(art. 23, V da LEP);</b>
X	Indícios de ocorrência de atos tipificados como tortura <b>(Lei 9.455/97)</b>

#### 4. Unidade Prisional Feminina de Palmas

A equipe foi recebida pela diretora da unidade, Sra. Leyza Coelho Machado, e pela chefe de segurança, Sra. Alessandra Alves Pinto. Acompanharam a visita o defensor público federal Sr. Wilton Resplande Carvalho, a Sra. Sheldlin Melo Marinho e a Sra. Daniella Monticell Guimarães, ambas da Defensoria Pública da União.

Data: 30/08/13

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Unidade Prisional Feminina de Palmas	
2.2 Apelido da unidade:	Feminina	
2.2.1 Endereço:	Rua Castro Alves, s/n, lotes 2 e 3, Setor Bela Vista	
2.2.2 Cidade/UF:	Palmas/TO	
2.3	<input type="checkbox"/> Penitenciária <input checked="" type="checkbox"/> Cadeia Pública / Presídio <input type="checkbox"/> Colônias agrícolas, industriais ou similares <input type="checkbox"/> Centro de Observação Criminológica <input type="checkbox"/> Hospital de Custódia <input type="checkbox"/> Casa de Albergado	
2.4	<input type="checkbox"/> Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino	

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	<input checked="" type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe técnica e administrativa <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe de segurança <input type="checkbox"/> Método APAC	
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Leyza Coelho Machado	
3.3 Cargo:	Diretora	
3.4 Formação Profissional	<input checked="" type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Ciências Sociais <input type="checkbox"/> Psicologia <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Serviço Social <input type="checkbox"/> Outra:	
3.5 Responsável pela segurança:	Alessandra Alves Pinto	
3.6 Cargo:	Chefe de segurança	
3.7 Formação Profissional:		
3.8 Quantidade de computadores:	<input checked="" type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 6 <input type="checkbox"/> 7 a 9 <input type="checkbox"/> 10 a 12 <input type="checkbox"/> 13 a 15 <input type="checkbox"/> > 15	
3.9 Acesso à Internet	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
3.10 Alimenta o INFOPEN	<input type="checkbox"/> Integralmente <input type="checkbox"/> Parcialmente <input checked="" type="checkbox"/> Não alimenta <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Outro:	
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	
3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	

4 – Características do Estabelecimento		SEMESTRAL
4.1 Capacidade total:	24	
4.1.2 Lotação total:	43	
4.2 Capacidade Mulheres: 36	4.3 Capacidade homens:	4.4 Capacidade LGBT:



4.2.1 Lotação Mulheres: 43 <input checked="" type="checkbox"/> Condenada <input checked="" type="checkbox"/> Provisória	4.3.1 Lotação homens: <input type="checkbox"/> Condenado <input type="checkbox"/> Provisório	4.4.1 Lotação LGBT: <input type="checkbox"/> Condenada/o <input type="checkbox"/> Provisória/o																																																																																																																																										
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																											
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																											
4.7 Há alas separadas para idosos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																											
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																											
4.10 Há alas separadas para LGBT?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																											
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																											
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																											
4.13 Há celas metálicas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não																																																																																																																																											
4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal <sup>42</sup>	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Estabelecimento penal</th> <th rowspan="2">Penitenciaría</th> <th rowspan="2">Colônia<sup>44</sup></th> <th rowspan="2">Cadeia pública<sup>45</sup></th> <th rowspan="2">COC<sup>46</sup></th> <th rowspan="2">Casa do Albergado</th> <th rowspan="2">HCTP<sup>47</sup></th> </tr> <tr> <th>Módulos<sup>43</sup></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Guarda Externa</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Agente Penitenciário / Monitor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Administração</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Recepção/Revista</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Centro observação / triagem / Inclusão</td> <td></td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tratamento Penal</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vivência coletiva</td> <td></td> <td></td> <td>I</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vivência individual</td> <td></td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Serviços</td> <td></td> <td></td> <td>I</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saúde</td> <td></td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tratamento para dependentes químicos</td> <td></td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Oficina de trabalho</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Educativo</td> <td></td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Polivalente</td> <td></td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Creche</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Berçário</td> <td></td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Visita íntima</td> <td></td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Esportes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Estabelecimento penal	Penitenciaría	Colônia <sup>44</sup>	Cadeia pública <sup>45</sup>	COC <sup>46</sup>	Casa do Albergado	HCTP <sup>47</sup>	Módulos <sup>43</sup>	Guarda Externa							Agente Penitenciário / Monitor							Administração							Recepção/Revista							Centro observação / triagem / Inclusão			A				Tratamento Penal							Vivência coletiva			I				Vivência individual			A				Serviços			I				Saúde			A				Tratamento para dependentes químicos			A				Oficina de trabalho							Educativo			A				Polivalente			A				Creche							Berçário			A				Visita íntima			A				Esportes						
Estabelecimento penal	Penitenciaría	Colônia <sup>44</sup>	Cadeia pública <sup>45</sup>	COC <sup>46</sup>	Casa do Albergado	HCTP <sup>47</sup>																																																																																																																																						
							Módulos <sup>43</sup>																																																																																																																																					
Guarda Externa																																																																																																																																												
Agente Penitenciário / Monitor																																																																																																																																												
Administração																																																																																																																																												
Recepção/Revista																																																																																																																																												
Centro observação / triagem / Inclusão			A																																																																																																																																									
Tratamento Penal																																																																																																																																												
Vivência coletiva			I																																																																																																																																									
Vivência individual			A																																																																																																																																									
Serviços			I																																																																																																																																									
Saúde			A																																																																																																																																									
Tratamento para dependentes químicos			A																																																																																																																																									
Oficina de trabalho																																																																																																																																												
Educativo			A																																																																																																																																									
Polivalente			A																																																																																																																																									
Creche																																																																																																																																												
Berçário			A																																																																																																																																									
Visita íntima			A																																																																																																																																									
Esportes																																																																																																																																												
4.15 Número de celas individuais	Homens:	Mulheres: 0																																																																																																																																										
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens:	Mulheres: 0																																																																																																																																										
4.15.2 Dimensão	m X m	m X m																																																																																																																																										
4.16 Número de celas coletivas	Homens:	Mulheres: 06																																																																																																																																										

<sup>42</sup> Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

<sup>43</sup> Legenda:  Existência obrigatória  Existência facultativa  Não é necessário

<sup>44</sup> Colônia agrícola, industrial ou similar.

<sup>45</sup> Presídio ou estabelecimento congênere.

<sup>46</sup> Centro de observação criminológica.

<sup>47</sup> Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.

4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens:	Mulheres:
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens:	Mulheres:
4.16.3 Dimensão	<input type="checkbox"/> m <input checked="" type="checkbox"/> m <input type="checkbox"/> m	<input type="checkbox"/> m <input checked="" type="checkbox"/> m <input type="checkbox"/> m
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	<input checked="" type="checkbox"/> 1 a 3% <input type="checkbox"/> 3 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input type="checkbox"/> > 10%	
4.18 Ventilação cruzada geral	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.19 Ventilação cruzada nas celas	<input type="checkbox"/> insuficiente <input checked="" type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.20 Iluminação natural nas celas	<input type="checkbox"/> inexistente <input checked="" type="checkbox"/> existente	
4.21 Incidência de sol nas celas	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva	
4.22 Programa de combate a incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> inexistente <input type="checkbox"/> existente	
4.23 Extintores de incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> sem condições de uso <input type="checkbox"/> em condições de uso	
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quais:

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL
5.1 Há pessoas com deficiência?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 01
5.3 Há indígenas presos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.5 Há estrangeiros presos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.6 Há adolescentes internados no local?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.13 Há pessoas presas com HIV?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.17 Há pessoas presas em RDD?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.18 Há presas gestantes?	<input type="checkbox"/> sim	Quantidade:

	<input checked="" type="checkbox"/> não	
5.19 Há crianças permanecendo com suas mães presas?	<input type="checkbox"/> sim	Quantidade:
	<input checked="" type="checkbox"/> não	

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento SEMESTRAL	
7.1 Total de RH na área de segurança:	21
7.2 Total de RH na área administrativa:	6
7.3 Total de RH na área técnica:	
7.4 Total Geral:	27
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Outra forma de contratação: <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.6 Auxiliares de Enfermagem	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.7 Assistentes Sociais	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUAS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.8 Dentistas	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária Obs.: o dentista aparece uma vez por mês, mas não está alocado na unidade.
7.9 Enfermeiros	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.10 Médicos – Clínico Geral	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.11 Médicos – Psiquiatras	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.12 Médicos – Ginecologista	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.13 Pedagogos	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> Secretaria de Educação <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.14 Psicólogos	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> SUAS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.15 Terapeutas Ocupacionais	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim    Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.17 Agentes Prisionais	<input type="checkbox"/> sim    Quantidade: ___mulheres ___homens <input type="checkbox"/> não
7.18 Escala de trabalho:	24 x 72
7.19 Há utilização de uniforme?	<input checked="" type="checkbox"/> sim    Com identificação pessoal: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes?	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <input checked="" type="checkbox"/> Curso de Formação <input type="checkbox"/> Cursos Especiais

Entidade Executora:

<b>8 – Condições Materiais</b>		<b>SEMESTRAL</b>
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim (colchões) <input type="checkbox"/> não (camas)	
8.2 Há distribuição de uniformes?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.3 Há distribuição de calçados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim (chinelos) <input type="checkbox"/> não	
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.5 Há distribuição de toalhas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:	06 meses (chinelos)	
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
	Quais: sabonete, creme, barbeador, escova e papel higiênico.	
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
	Quais: detergente e sabão (em barra e em pó).	
8.9 Há distribuição de absorventes para as mulheres?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.10 Há distribuição de fraldas, se for o caso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	Camas e colchões nas celas e na "ala" onde também ficam presas do semiaberto.	
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	04 (celas) e ± 15 ("ala" onde também estavam presas do semiaberto)	
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.19 Número de pessoas por chuveiro	04 (celas) e ± 07 (onde estavam as presas do semiaberto)	
8.20 É garantido o banho diário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.21 A água é aquecida?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.22 É fornecida água potável?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23 A água é racionada?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?		
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	<input type="checkbox"/> hidráulico <input checked="" type="checkbox"/> elétrica <input type="checkbox"/> edificação <input type="checkbox"/> outros:	

<b>9 – Alimentação</b>		<b>SEMESTRAL</b>
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?		
9.5 N.º de refeições diárias: 03	9.6 Horários das refeições: 7h30/ 11h30/ 17h30	9.7 Onde as refeições são realizadas? <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> refeitório <input checked="" type="checkbox"/> outro: Ala onde estavam as presas do semiaberto.
9.8 Há controle de qualidade?	<input type="checkbox"/> sim	Qual: <input checked="" type="checkbox"/> não
9.9 Descrever o controle:	Não há.	
9.10 As refeições são	<input checked="" type="checkbox"/> padronizadas <input type="checkbox"/> adaptadas por motivos de: <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> religiosos <input type="checkbox"/> outros	
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	<input checked="" type="checkbox"/> família <input checked="" type="checkbox"/> compra <input type="checkbox"/> outro:	

<b>10 – Rotina padrão</b>		<b>SEMESTRAL</b>
10.1 Tempo diário dentro da cela: 20h		
10.2 Tempo de pátio de sol: 4h Frequência: diária	10.3 Tempo de visita: 13h-16h Frequência: domingo	
10.4 Tempo de atividades educacionais: 4h Frequência: segunda, quinta e sexta.	10.5 Tempo de atividades laborais: devem produzir 10 peças por mês. Frequência: diária	
10.6 Tempo de atividades religiosas: 2h-3h Frequência: sexta	10.7 Tempo de visita íntima: estipulado pelas presas. Frequência: domingo	
10.8 Tempo de atividades esportivas: não há. Frequência: -	10.8 Tempo das atividades culturais: não há Frequência: -	
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

<b>11 – Assistência à Saúde</b>		<b>SEMESTRAL</b>
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.3 Há distribuição de preservativos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: semanal
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.7 Há pré-natal para presas gestantes?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não Tétano, hepatite, febre amarela, tuberculose, gripe e influenza.
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infecto-contagiosas?	Nenhum.	
11.12 Há ambulância na unidade?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas tem acesso, quando necessário?	<input checked="" type="checkbox"/> Unidade Básica de Saúde – UBS <input checked="" type="checkbox"/> Unidade de Pronto Atendimento – UPA <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input checked="" type="checkbox"/> Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS <input type="checkbox"/> Outro:	

12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal<sup>48</sup>

Assinale na tabela:  
Ausência (A)  
Inconforme (I)  
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO <sup>49</sup>	Proporção	Estabelecimentos Penais				
		P <sup>50</sup>	CP	COL	COC	HCTP <sup>51</sup>
Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)		C			
Sala de acolhimento multiprofissional			A			
Sala de atendimento clínico multiprofissional			A			
Consultório de atendimento ginecológico com sanitário <sup>52</sup>			A			
Estoque			I			
Dispensação de medicamentos e estoque			I			
Cela enfermaria com solário <sup>53</sup>			A			
Sanitário para pacientes			A			
Consultório de atendimento odontológico		De 101 a 300 presos		-		
Sala multiuso			-			
Sala de procedimentos			-			
Laboratório de diagnóstico <sup>54</sup>	De 301 a 700 presos		-			
Sala de coleta de material para laboratório			-			
Sala de Raio X			-			
Cela de espera	De 701 a 1000 presos (40h/semana)		-			
Consultório Médico			-			
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem			-			
Cela de Observação (02 leitos)			-			
Central de material esterilizado / expurgo			-			
Rouparia			-			
Depósito de Material de Limpeza			-			
Sanitários para equipe de saúde			-			

<sup>48</sup> Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

<sup>49</sup> Legenda:  Existência obrigatória  Não é necessário

<sup>50</sup> Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou silimar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

<sup>51</sup> Conforme nota de rodapé 8.

<sup>52</sup> Em caso de unidades femininas.

<sup>53</sup> Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.

<sup>54</sup> O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de

<b>13 – Assistência Jurídica</b>		<b>SEMESTRAL</b>
13.1 As pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Defensoria Pública.	
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	No pátio	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.6 Direitos concedidos a. Saídas temporárias b. Livramento condicional c. Progressões d. Indulto	Periodicidade: semanal  11 ou 12 / mês 2/ ano / mês (fechado e semiaberto ficam no mesmo ambiente) 0/ ano	

<b>14 – Assistência Laboral</b>		<b>SEMESTRAL</b>				
14.1 Há oficinas de trabalho?		<input type="checkbox"/> sim	Quantidade:			
		<input checked="" type="checkbox"/> não				
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
a. Cozinha	06	-	-	-	06	-
b. Limpeza	-	-	-	-	-	-
c. Serviços Administrativos	-	-	-	-	-	-
d. Oficinas de trabalho	-	-	-	-	-	-
e. Biblioteca	-	-	-	-	-	-
f. Fábrica	-	-	-	-	-	-
g. Agricultura	-	-	-	-	-	-
h. Artesanato	-	-	-	-	-	-
i. Pecuária	-	-	-	-	-	-
j. Outros: Especificar: _____ _____						
14.4.1 Remuneração		Mulher			Homem	
a. Cozinha		-			-	
b. Limpeza		-			-	
c. Serviços Administrativos		-			-	
d. Oficinas de trabalho		-			-	
e. Biblioteca		-			-	
f. Fábrica		-			-	
g. Agricultura		-			-	
h. Artesanato		-			-	
i. Pecuária		-			-	
j. Outros		-			-	
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:						
14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não			

entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.



14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.

sim

não

**15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer**

**SEMESTRAL**

15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal<sup>55</sup>

Assinale na tabela:  
Ausência (A)  
Inconforme (I)  
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO <sup>56</sup>	P <sup>57</sup>	CP	COL	COC	HCTP <sup>58</sup>
Biblioteca		A			
Sala de aula <sup>59</sup>		C			
Instalação sanitária (pessoa presa)		C			
Sala de professores		A			
Sala de informática		A			
Sala de encontros com a sociedade <sup>60</sup>					

15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos:

\_\_\_\_\_ alfabetização  
\_\_\_\_\_ ensino fundamental  
\_\_\_\_\_ ensino médio  
\_\_\_\_\_ profissionalizante

20 outros:

Especificar: educação multisseriada.

15.3 Os cursos são ministrados por:

- Professores do Sistema Penitenciário Estadual  
 Professores da Secretaria Estadual de Educação  
 Professores da Secretaria Municipal de Educação  
 Presos monitores  
 Voluntários  
 Outros professores:

Especificar: \_\_\_\_\_

15.4 Há atividades esportivas?

não

sim

Quais:

Onde:

15.5 Há atividades culturais/lazer?

não

sim

Quais:

Onde:

<sup>55</sup> Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

<sup>56</sup> Legenda:  Existência obrigatória  Não é necessário

<sup>57</sup> Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

<sup>58</sup> Conforme nota de rodapé 8.

<sup>59</sup> Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

<sup>60</sup> Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.

15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:

Pedem para a professora.

### 16 – Assistência Religiosa

SEMESTRAL

16.1 Há visita de religiosos?

sim  não

16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?

Espíritas  Católicos  
 Evangélicos  de Matriz Africana  
 Outra:

16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?

Na escola.

16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?

sim  não

16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?

sim  não

### 17 – Assistência Social

SEMESTRAL

17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?

sim  não

17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:

Contato com familiares

sim  não

Documentos

sim  não

Benefícios da Previdência Social

sim  não

Ações com os egressos

sim  não

Ações com o SUAS

sim  não

Projetos, se sim, quais:

sim  não

### 18 – Segurança

SEMESTRAL

18.1 A segurança interna é realizada por:

policiais civis  policiais militares  agentes penitenciários  
 terceiros  outros:

Obs.: são agentes penitenciários dos quadros da polícia civil.

18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:

Arma menos letal (bala de borracha)

sim  não

Arma letal

sim  não

Taser

sim  não

Gás de pimenta / lacrimogênio

sim  não

Cacetete / Tonfa

sim  não

Algemas

sim  não

Rádio

sim  não

Alarme

sim  não

Circuito de vigilância interna

sim  não

Outro:

sim  não

18.3 No caso de uso de arma de fogo:

Os usuários têm porte de armas?

sim  não

É garantido treinamento periódico?

sim  não

18.4 No caso de emprego de arma de fogo?

sim  não

18.6 A segurança externa é realizada por:

policiais civis  policiais militares  agentes penitenciários  
 terceiros  outros:

18.7 A escolta externa é realizada por:

policiais civis  policiais militares  agentes penitenciários  
 terceiros  outros:

18.8 Há escolta externa específica para área de saúde:

sim  não

18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.10 Caso exista, quem são os envolvidos:	<input checked="" type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares
	<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:
	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários	
Obs.: GOTE – Grupo de Operações Táticas Especiais.		
18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:		
Portal detector de metal	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Raquete detectora de metal	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Banco detector de metal	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Raio X	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Espectômetro	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Boddy Scanner	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Outro:		

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	<input checked="" type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> PAD
	<input type="checkbox"/> Procedimento Eletrônico	
	<input type="checkbox"/> Outro	
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.7 São executadas sanções coletivas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Se sim, em qual fase?	<input type="checkbox"/> fase administrativa	
	<input checked="" type="checkbox"/> fase judicial	
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	Não tem cela específica.	
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	<input type="checkbox"/> 10 dias	<input type="checkbox"/> 20 dias
	<input type="checkbox"/> 30 dias	<input type="checkbox"/> outro:
	Obs.: não tem como aplicar.	
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?	Nunca usou.	
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	0	
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
	Obs.: no dia 18/01/13.	
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens
19.16 Fugas (pessoas)	0	-
19.17 Pessoas evadidas	3	-
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	11	-
19.19 Mortes naturais	0	-
19.20 Mortes por homicídio	0	-
19.21 Mortes acidentais	0	-
19.22 Mortes por suicídio	0	-
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	0	-



<b>22 – Diversos</b>		<b>SEMESTRAL</b>
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	<input type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não	
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Raramente abrem as cartas.	
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
Motivo:		
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
b. TV	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
c. Vídeo/DVD	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
d. Geladeira	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
f. Ventilador	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
g. Outros:	Sanduicheira, chapinha, secador e liquidificador.	
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	<input type="checkbox"/> separado <input type="checkbox"/> reciclado <input type="checkbox"/> não é recolhido <input checked="" type="checkbox"/> coleta municipal <input type="checkbox"/> outro:	

<b>23 – Inspeções</b>		<b>MENSAL</b>
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	<input type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não	
b. Juiz de Execução	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: mensal <input type="checkbox"/> não	
c. Ministério Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: mensal <input type="checkbox"/> não	
d. Defensor Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: semanal <input type="checkbox"/> não	
e. Conselho Penitenciário	<input checked="" type="checkbox"/> sim Frequência: rara <input type="checkbox"/> não	
f. Conselho da Comunidade	<input type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não	
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	<input type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não	
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	<input type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não	
h. Pastoral Carcerária	<input type="checkbox"/> sim Frequência: _____ <input type="checkbox"/> não	

**24 – Valoração sobre os itens inspecionados****SEMESTRAL**

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial				X	
24.2 Manutenção				X	
24.3 Limpeza		X			
24.4 Ventilação das celas			X- dormitório	X - celas	
24.5 Iluminação das celas		X- dormitório		X - celas	
24.6 Insolação das celas		X- dormitório		X - celas	
24.7 Cozinha			X		
24.8 Refeitório					Não há.
24.9 Assistência à saúde				X	
24.10 Assistência à educação			X		
24.11 Assistência jurídica	X				
24.12 Assistência social				X	
24.13 Atividades laborais				X	
24.14 Cella para isolamento/seguro					Não há.
24.15 Cella de sanção disciplinar					Não há.
24.16 Local de visita social					Não há.
24.17 Local de visita íntima					Não há.
24.18 Pátio de sol					X
24.19 Alojamento dos agentes					X
24.20 Segurança			X		
24.21 Procedimentos da unidade			X		

**25 – Conclusão****SEMESTRAL**

**25.1 Irregularidades encontradas com base na Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), Constituição Federal/88, Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Lei n.º 9.455/97 (Crimes de Tortura), Lei 10.172/2011 - Plano Nacional de Educação, e Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003.**

X	Ocupação total superior à capacidade da unidade <b>(art. 85 da LEP)</b>
X	N.º de presos por cela superior ao n.º definido em lei <b>(art. 88 da LEP)</b>
X	Presença de pessoas com idade acima de 60 anos junto aos demais presos <b>(art. 82, § 1º da LEP)</b>
X	Irregularidade na distribuição dos presos nas celas, com presença de presos provisórios junto a presos condenados e presos primários com reincidentes <b>(art. 84, § 1º da LEP, art. 7º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)</b>
X	Falta de programa individualizador da pena privativa de liberdade <b>(art. 6º da LEP)</b>
-	Existência de pessoas presas por medida de segurança cumprindo pena junto aos demais presos <b>(anexo da Resolução n.º 05/2004 do CNPCP, e art. 4º, Resolução n.º 12/2009 do CNPCP)</b>
-	Presença de adolescentes no estabelecimento <b>(arts. 123 e 185 do ECA);</b>
-	Presença de mulheres em ambientes de homens <b>(art. 82, § 1º da LEP)</b>
-	Presença de agentes do sexo masculino nas dependências internas dos estabelecimentos penais femininos <b>(art. 83 § 3º da LEP)</b>
X	Inexistência de berçário para crianças nas unidades prisionais femininas <b>(art.</b>

	<b>83 § 2º da LEP, e art. 10, Resolução nº 4/2009 do CNPCP)</b>
X	Ausência de seção para gestante e parturiente nos estabelecimentos penais femininos ( <b>art. 89 da LEP</b> )
X	Ausência de creche para abrigar crianças entre 06 meses e 7 anos nos estabelecimentos penais femininos ( <b>art. 89 da LEP</b> )
X	Ausência ou número insuficiente de camas individuais ( <b>art. 8º, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Condições precárias de higiene e limpeza das celas ( <b>art. 9º da Resolução n.º 14/94 CNPCP</b> )
X	Falta de cardápio alimentar orientado por nutricionistas ( <b>art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
X	N.º de refeições por dia inadequado às necessidades dos presos ( <b>art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Roupas fornecidas pelo estabelecimento impróprias às condições climáticas ( <b>art. 12, caput, da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Roupas sujas e/ou em mau estado de conservação ( <b>art. 12, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Inexistência de local para aquisição de produtos permitidos para higiene pessoal, mas não fornecidos pela administração ( <b>art. 13 da LEP</b> )
-	Inexistência de sanitário na própria cela ( <b>art. 88, caput, da LEP</b> )
-	Falta de assistência jurídica regular aos presos carentes ( <b>arts. 15, 16 e 41, VII da LEP</b> )
X	Ausência de instalação destinada à Defensoria Pública ( <b>art. 83 § 5º da LEP</b> )
X	Inexistência de local destinado a atividades de estágio para universitários ( <b>art. 83, § 1º da LEP</b> )
-	Inexistência de curso de alfabetização ( <b>art. 40, p. un. da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Inexistência de educação de ensino fundamental ( <b>art. 18 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001</b> )
X	Inexistência de educação de ensino profissional ( <b>art. 19 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001</b> )
-	Ausência de biblioteca ( <b>art. 21 da LEP</b> )
X	Não oferecimento de atividade física e/ou recreação ( <b>art. 23, IV e art. 41, V e VI da LEP, art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
	Ausência de sala de aula para cursos básico e profissionalizante ( <b>art. 83 § 4º da LEP</b> )
X	Falta de serviço de assistência social ( <b>arts. 22 e 41, VII da LEP</b> )
X	Inexistência de cursos de qualificação para o servidor penitenciário ( <b>art. 77, § 1º da LEP e art. 49 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Ausência de equipe de saúde própria nas unidades com mais de 100 presos ( <b>art. 8º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777, de 09/09/2003</b> )
-	Não disponibilização dos medicamentos básicos do SUS ( <b>art. 8º, § 4º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003</b> )
-	Nº de agentes penitenciários inferior ao recomendado: 5 presos por agente penitenciário, no mínimo ( <b>art. 1º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP</b> )
X	Ausência de profissionais da equipe técnica ou nº insuficiente abaixo do recomendado ( <b>art. 2º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP</b> )
-	Inexistência de audiência especial com o diretor do estabelecimento ( <b>art. 41, XIII da LEP</b> )
-	Falta de concessão de banho de sol regular aos presos ( <b>art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> )
-	Proibição da utilização dos meios de informação ( <b>art. 41, XV da LEP</b> )
-	Proibição da utilização de correspondência escrita externa ( <b>art. 41, XV da LEP</b> );
-	Falta de tratamento nominal dos presos ( <b>art. 41, XI da LEP e art. 4º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP</b> );

	Inexistência de local específico para guarda de objetos pessoais dos presos <b>(art. 45, §§ 1º e 2 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);</b>
-	Impedimento de visita íntima para relações homoafetivas <b>(art. 2º, Resolução nº 04/2011 do CNPCP)</b>
X	Inexistência de Comissão Técnica de Classificação dos Condenados <b>(art. 6º da LEP)</b>
X	Deficiência na composição da Comissão Técnica <b>(art. 7º da LEP)</b>
X	Condições inadequadas de realização de trabalho:  Trabalho não remunerado <b>(arts. 29 e 41, II da LEP);</b> Jornada reduzida ou ampliada <b>(art. 33 da LEP);</b> Tipo de trabalho incompatível com a condição de idoso, doente ou pessoa com deficiência <b>(art. 32, §§ 2º e 3º da LEP);</b> Inexistência de trabalho voltado para a reinserção social do condenado <b>(art. 23, V da LEP);</b>
-	Indícios de ocorrência de atos tipificados como tortura <b>(Lei 9.455/97)</b>



## 5. Reunião com órgãos da execução penal, autoridades e convidados

A reunião foi realizada no dia 30/08, das 16h30 às 19h30, na Secretaria de Defesa Social, comparecendo a equipe de inspeção, com exceção do conselheiro Davi de Paiva Costa Tangerino, e as seguintes autoridades do estado: Nilomar dos Santos Farias (Secretário de Defesa Social); Maurina Jácome Santana (Defensora Pública do Estado); Cristiane Bazzo (Subsecretária da Seduc); Wilton Resplande de Carvalho (Defensor Público Federal); Sílvia Patrícia da Costa (Membro do Conselho Penitenciário e do Conselho de Direitos Humanos de Palmas); Rodrigo Alves Barcellos (Promotor de Justiça); Gilciedson Tavares de Oliveira (Diretor do Departamento do Sistema Penitenciário e Prisional); Renata Ribeiro Baptista (Procuradora do MPF); Ester de Azevedo (Advogada – OAB/TO); Rosana Barreto Martins (Coordenadora de Assistência ao Preso e Egresso – SEDS); Orcidália Martins Feitosa (Diretora da Diversidade – Seduc); Adelaide Gomes de Araújo (Coordenadora EJA – Seduc); Bonfim Santana Pinto (Presidente do Conselho Penitenciário); Amanda Oliveira da Silva (Assessora de Comunicação – SEDS); Paula Moura (Secretária Executiva – SEDS); e Magda Valadares (Diretora do Departamento de Ações sobre Drogas – SEDS). Também participou da reunião o Sr. Júnior Moreira (Diretor da Umanizzare).

O conselheiro Luiz Guilherme realizou a abertura da reunião e destacou, inicialmente, que: 1º - a equipe realizou inspeção em 03 estabelecimentos penais do estado; 2º - atualmente as inspeções realizadas são conjuntas (CNPCCP, SDH e Ouvidoria do DEPEN); 3º - a reunião é de conclusão; e 4º - os documentos comporão o relatório para aprovação do CNPCCP, o qual, sendo aprovado, será encaminhado às partes interessadas. Em seguida, ocorreu a apresentação dos participantes. Nesse momento, o secretário comentou acerca da falta de investimentos no sistema prisional, mas disse que está em fase de finalização de reformas e que há investimentos de 22 milhões de reais do DEPEN para a criação de 603 vagas masculinas na Região Metropolitana de Palmas e 16 milhões de emendas (devolvidas) para construção de duas prisões. Disse que verá se constrói PPP espanhola para 1.200 vagas masculinas. O sociólogo Naum Pereira ressaltou que o DEPEN tem a atribuição de acompanhar a aplicação das normas de execução penal e de inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, sendo que esta atribuição foi dada, pelo Regimento Interno do DEPEN, ao Ouvidor do Sistema Penitenciário. Este deve, também, protocolar as reclamações e/ ou denúncias sobre o sistema prisional e informar o diretor-geral do DEPEN acerca de suas irregularidades.

O conselheiro Luiz Guilherme realizou as ponderações iniciais, informando acerca da inspeção de 2009 pelo CNPCCP, da rebelião que ocorreu, na época, em Araguaína e da realização posterior de audiência pública no estado. Relatou acerca da fusão entre as Secretarias que cuidavam do sistema prisional e disse que uma das ponderações surgidas na audiência foi a de que, na fusão das Secretarias de Justiça e Segurança Pública, ocorreu a extinção da Corregedoria e Ouvidoria do Sistema Penitenciário e do Comitê de Combate à Tortura. Na ocasião, também se discutiu acerca do déficit de vagas femininas. Por isso, realizou os seguintes questionamentos e apontamentos iniciais:

- a Corregedoria, Ouvidoria e o Comitê de Combate à Tortura foram recriados?
- como está o cronograma de reforma e construção dos estabelecimentos penais,

principalmente no que diz respeito à Penitenciária Feminina e ao estabelecimento semiaberto?

→ como estão funcionando as Centrais de Penas e Medidas Alternativas?

→ quanto à assistência jurídica, destacou: 1º - que ocorreram várias reclamações em Araguaína sobre a falta de atendimentos; 2º - que muitas presos alegaram que já teriam direito ao regime semiaberto e que não recebem a progressão, ou que já receberam, mas ficam no fechado por falta de vagas; 3º - o problema das presas do semiaberto que ficam no regime fechado; 4º - a dificuldade da Defensoria Pública em atender aos presos provisórios; e 5º - a questão da advogada do PCC e da advogada da empresa Umanizzare, sendo que Araguaína tem problemas mais graves. E indagou: os advogados da empresa terceirizada prestam ou não assistência aos presos?

→ execução das medidas de segurança junto com outros condenados comuns e, às vezes, com um eventual atendimento pelo CAPS; e indagou: existe algum atendimento próprio? Há contratação de psiquiatria forense? Qual a frequência dos laudos?

→ existe alguma política de atendimento para os dependentes químicos? Há interação com a rede de atendimento do SUS?

→ situação que não é ideal de convivência, sem separação, de presos definitivos e provisórios;

→ poucas oportunidades de trabalho ao preso;

→ apenas duas unidades têm escolas estabelecidas e já existem selecionados para a Escola em Palmas (CPP); em Palmas há necessidade de aparar arestas para o retorno das atividades educacionais. Nesse momento, recebeu a informação de que há um quantitativo de 990 presos para as atividades educacionais; e

→ em relação à terceirização do contrato com a Umanizzare, afirmou que, a princípio, a avaliação a respeito dos serviços prestados pela empresa não é muito positiva; por isso, destacou o desejo de conhecer o contrato, além de saber como funciona o treinamento dos agentes penitenciários, pois não foi possível entender qual o controle do Estado sob o treinamento dos servidores terceirizados.

Em seguida, o sociólogo Naum Pereira fez uma ponderação acerca do problema de gestão do sistema prisional do estado e da mudança constante de Secretaria responsável pela administração do sistema penitenciário. E ofereceu como exemplo o convênio 045/2007, "Projeto de Implantação do Plano de Saúde no Sistema Penitenciário do Estado do Tocantins", que foi diligenciado em 2009 na prestação de contas, mas o estado não ofereceu respostas durante 02 anos. No relatório do CNPCP de 2009 se destacou uma peculiaridade do estado, pois duas Secretarias cuidavam da execução penal: a SSP e a Secretaria da Cidadania e Justiça. Posteriormente, ocorreu a fusão entre a antiga Secretaria da Cidadania e Justiça e a SSP, dando origem à Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania. Depois esta foi dividida em duas, sendo uma delas a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, e, atualmente, a administração penitenciária está sob a responsabilidade da Secretaria de Defesa Social. Por isso, afirmou que, durante a inspeção, recebeu queixas de policiais civis que atuam como agentes civis, dizendo que querem retornar às atividades rotineiras da Polícia Civil, pois se encontram emprestados para a SEDS até o final de 2013. Em relação ao convênio 045, afirmou que está na Prestação de Contas do DEPEN.

Em resposta, o secretário informou que, quando foi realizado o concurso, o quadro da Polícia Civil era o seguinte: quem cuidava do sistema penitenciário era a segurança pública; com a separação, a pauta de reivindicação dos policiais civis é de não permanecer no sistema prisional. Disse que o

governo, na época, fez um ato de cessão dos agentes para a SEDS, o que gerou um grau de insatisfação. Também afirmou que o governo anterior estudou uma possibilidade de devolvê-los. Então, extinguiu-se o cargo de agente penitenciário e o cargo de agente civil e criou-se um novo cargo. No entanto, o Ministério Público declarou inconstitucionalidade da lei que os agregou ao corpo da Polícia Civil. O secretário disse que o mesmo caso também ocorreu em Brasília e no Amapá e que a consequência é a de que não pode comprar um cartucho de bala de borracha. Afirmou que o DEPEN conseguiu algo na Força Nacional.

Foi falado que as reformas estão inviabilizadas, pois não há como comportar os presos que teriam que ser deslocados para as obras. Hoje, Barra da Grotta está com contingente da CPPA, que está em reforma. Em 15/9, a empresa prevê entregar a CPPA, que receberá os presos provisórios. Quando isso acontecer, a empresa quer transferir contingente da CPPA para Barra da Grotta e permitir a reforma de uma das alas.

O sociólogo Naum Pereira também apresentou questionamentos acerca dos seguintes pontos:

→ problema da terceirização do sistema prisional (segurança e equipe técnica) e ofereceu como exemplo a Unidade de Tratamento Penal de Barra da Grotta. Afirmou que a segurança é constitucionalmente um dever do Estado, mas os agentes penitenciários são vinculados à Polícia Civil. Enfatizou que é preciso ter em mente a diferenciação entre o trabalho da Polícia Civil e o dos agentes penitenciários. Em Barra da Grotta, correspondem a quase 150 pessoas na área de recursos humanos;

→ problema da revista vexatória, que é um ato de constrangimento tanto para o visitante quanto para a pessoa responsável pela revista. Informou que o CNPCP instituiu uma comissão para estudar o assunto, que resultou num parecer contrário à revista íntima e no esboço de um projeto de lei; que, no ano passado, instituiu-se, no âmbito do Ministério da Justiça, um amplo Grupo de Trabalho, formado pelo CNJ, Senado Federal, Câmara dos Deputados, DEPEN e Secretaria de Assuntos Legislativos do MJ, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais, SDH etc; ao final, o GT encaminhou ao DEPEN projeto de lei relativo ao assunto e que atualmente se encontra na Secretaria de Assuntos Legislativos do MJ, em substituição a outros 02 projetos em tramitação no Congresso;

→ problema relativo aos 11 presos em medida de segurança (05 na unidade de Barra da Grotta e 06 na CPP de Palmas) convivendo com os outros presos. E indagou: por que o Estado não se atenta para a lei 10.216/2001, relativa à reforma psiquiátrica e de desinstitucionalização? Por que não encaminhar os presos para tratamento de saúde nas redes disponíveis, em vez de mantê-los encarcerados em unidades comuns, pois ficam em celas isoladas, mas no pavilhão com outros presos?

O secretário respondeu afirmando que foi bonita a decisão de acabar com os manicômios, mas disse que não sabe se quem legisla já entrou em cadeia, pois o histórico com malandros e bandidos é grande. No aspecto filosófico, ressaltou que é bonito, mas, na realidade, a família não tem condições de se autossustentar. Disse que muitos sequer têm família. Garantiu que esse problema deve ser encarado como urgente e que é necessário unir forças entre o Estado e a União para dar um passo à frente, com apoio do DEPEN e do MJ para se trabalhar a questão da medida de segurança.

A defensora pública Maurina Jácome mencionou um caso específico em que um preso em medida de segurança foi liberado. Trata-se de um interno de nome Michael: a Defensoria Pública realizou um pedido e o interno foi solto, mas a família solicitou que fosse preso novamente. A defensora

disse que Michael está usando droga e tudo indica que cometerá novo crime. Em Palmas, também há o caso de Manoel Messias e casos difíceis para se pedir prisão domiciliar. A defensora indagou: será que esta é a solução? Disse que há dificuldade de acolhimento da família. Já o secretário informou sobre a implantação de 03 residências terapêuticas e disse que também construirão unidades de acolhimento de saúde.

A advogada Ester de Azevedo informou que há equipe multidisciplinar para tratar da saúde mental dos presos e que está sendo realizado um trabalho junto com as unidades prisionais. Também disse que há uma complexidade quando se trata de medida de segurança. E mencionou o caso de um reeducando em Novo Alegre-TO: foi expedida uma ordem judicial para interná-lo urgentemente; então, telefonou para a unidade, mas lhe disseram que o preso estava fazendo greve de fome; não havia relatório médico para que se tomassem as providências necessárias; disse que sua sugestão era levá-lo para o CAPS mais próximo, mas o preso já estava solto, pois não era preso em medida de segurança. Assim, disse que o problema é: quem de fato é preso em medida de segurança?

Em relação aos equipamentos do convênio 045/2007, o presidente do Conselho Penitenciário, Bonfim Santana, disse que o estado comprou os materiais. Os equipamentos estão na CPP de Palmas, pois os que foram para Barra da Grota os presos destruíram por ocasião da rebelião em 2009. Informou também que o DEPEN autorizou o uso do rendimento para prestação de serviço para o sistema. E ressaltou que os órgãos de controle (Tribunal de Contas e Controladoria) aprovaram a prestação de contas do referido convênio.

A representante da Coordenação-Geral de Combate à Tortura da SDH, Karolina Castro, buscou comentar 05 pontos: 02 pontos gerais (revista vexatória e assistência jurídica) e 03 específicos. Quanto à revista vexatória, disse que é comum, pois se encontra em outras unidades da Federação, mas se mostrou estupefata porque no estado do Tocantins é pior por envolver crianças e adolescentes. Destacou novamente o projeto no âmbito do governo federal, salientado pelo sociólogo Naum Pereira, e disse que é necessário buscar alternativas por meio de equipamentos eletrônicos para identificação de celulares, drogas, etc. Afirmou que entende a questão da segurança, mas que devem ser buscados outros métodos que não a comprometam. Salientou que o problema da revista vexatória é vitimizar a família, é uma extensão da pena e atinge a dignidade da pessoa humana. Em relação à assistência jurídica, disse que ocorreram várias reclamações, principalmente em Araguaína. Afirmou que entende que a Secretaria não tem a atribuição-competência legal para tratar a questão.

Em resposta, o secretário afirmou que a empresa Umanizzare não presta assistência jurídica aos presos. Já a defensora pública Maurina Jácome disse que o trabalho é da execução penal. Afirmou que pode falar da realidade onde atua, que é Palmas. Disse que realiza atendimento ao público na sede, atende na CPP e na unidade feminina, e, quando sobra tempo, na URSA (unidade de regime semiaberto). Disse que cada defensor público é responsável por uma vara e que priorizou o presídio feminino. Na CPP, atende junta com outra defensora. O promotor Rodrigo Barcellos sugeriu uma agenda conjunta entre a Promotoria, a Defensoria e o juiz da VEC para resolução desse problema. Já o conselheiro Bonfim Santana disse que chegou uma reclamação no Conselho Penitenciário a respeito do trabalho da defensora, mas destacou que quem atua no recurso não é a defensora do processo. Por isso, ressaltou o bom trabalho realizado pela defensora. A defensora Maurina Jácome ainda disse, em relação aos advogados da Umanizzare, que estes não atuam; além disso, ressaltou que a Defensoria

Pública se posicionou contra. O promotor Rodrigo Barcellos complementou e disse que, na sua avaliação, os advogados da empresa não podem e nem devem atuar no lugar da Defensoria. O defensor Wilton Resplande afirmou que o preso não entende que a maior parte do problema é a demora do Poder Judiciário.

Em relação aos pontos específicos de cada unidade que a equipe visitou, Karolina Castro destacou, em primeiro lugar, o problema relativo à unidade feminina, afirmando que esta possui uma estrutura muito ruim, e que é muito complicado um ser humano viver naquela condição de extrema precariedade. Afirmou que a maioria das pessoas presas é do sexo masculino, entretanto as mulheres também devem ser contempladas pela política penitenciária.

O secretário informou que, dos 22 milhões e poucos destinados à unidade feminina, abriu mão do sistema pré-moldado e preferiu o sistema convencional; que conseguiu aumentar para 603 vagas, e que baixou para 17 milhões. Foi pleiteado um adicional do DEPEN para a construção de 100 vagas. Assim, bateu à porta do DEPEN e conversou sobre o assunto com o diretor-geral do DEPEN, Dr. Rossini. Disse que o problema feminino ultrapassa as necessidades e que é, realmente, calamitoso. Informou que já pediu dinheiro para construção de uma unidade feminina em Palmas em caráter de urgência. E afirmou que César Maranhão, do DEPEN, falou para gastar no masculino para se completar a possibilidade de gastar no feminino. Mas afirmou que também está preocupado com a situação.

O sociólogo Naum Pereira questionou acerca do descaso com as mulheres, pois, desde o último relatório do CNPCP, pouca coisa mudou, sendo que a precariedade da situação das mulheres é geral. Assim, na inspeção realizada, foram encontradas quase as mesmas condições de 2009 na Unidade Prisional Feminina: superlotação; espaço improvisado; ausência de espaço adequado para atendimento à saúde (enfermaria, farmácia); péssima estrutura; ausência de todo o sistema de assistência; não recebimento, por parte do Estado, de absorvente no kit higiene. O secretário afirmou que o kit foi comprado em situação de emergência e que é difícil administrar sem dinheiro. Nesse caso, solicitou novamente ajuda do DEPEN para a construção de uma nova unidade.

Em segundo, Karolina Castro abordou sobre o problema do racionamento de água e afirmou que alguma informação está faltando, pois esta é desconhecida. O conselheiro Luiz Guilherme disse que é necessário instalar urgentemente caixas d'água adicionais. O diretor da Umanizzare disse que o corte de água, em algumas horas, é uma regulação proposital porque os presos usam a descarga de forma desnecessária, por isso a administração regula o fornecimento de água para evitar que os presos fiquem entupindo a descarga e abrindo a torneira para inundar a unidade. O diretor do Departamento do Sistema Penitenciário e Prisional informou que em Barra da Grota há um sistema de automação; portanto, os presos tomam banho por água própria; há, também, água na pia dentro da cela. O preso, portanto, controlava o chuveiro e o vaso sanitário. Mas, de abril de 2013 em diante houve uma provocação dos presos, ocorrendo o aumento da conta de água. Dessa forma, uma Portaria foi baixada para regular o consumo de água. No entanto, após consenso entre direção e população carcerária, ocorreu a revogação da referida Portaria. Já na CPP de Palmas, há um reservatório para a descarga e é estabelecido um horário para o banho, pois não têm como repor o nível de consumo em razão do fornecimento de água. Além disso, o sistema de esgoto na fossa não dá conta.

Em terceiro, Karolina Castro solicitou explicações e providências para o problema relativo às denúncias de tortura e maus tratos na unidade de Araguaína. Disse que retirou fotos de presos que

estavam com marcas de agressão; que ouviu frases como: “direto tem intervenção da Polícia Civil no presídio”; que há uso de spray de pimenta sem controle e treinamento devido. Afirmou que os presos se referiram a uma pessoa da Polícia Civil como o maior espancador. Relatou sobre a situação de um preso que foi algemado e puxado pela rua e que andou de joelho sobre os cacos de uma lâmpada no chão. Os nomes ouvidos na conversa durante a inspeção foram os do diretor Vanderlan e do chefe de segurança Jales. Afirmou que as marcas de tortura são visíveis; e indagou: qual a razão? Disse que é preocupante que a própria administração não queira se resguardar para investigar a denúncia de tortura. Há também muitos presos com marca de bala de borracha (mostra as fotos para os participantes da reunião). Por fim, Karolina Castro sugeriu, inclusive como forma de resguardar as pessoas que trabalham na penitenciária, que se realizasse um exame de corpo de delito nos referidos presos, como Luciano Rocha Machado e Sandro Morais Ferreira.

Por fim, Karolina Castro retomou a questão inicial colocada pelo Conselheiro Luiz Guilherme: em 2002, o estado possuía um Comitê de Prevenção e Combate à Tortura. Então, sugeriu que houvesse uma reunião das pessoas que têm essa responsabilidade para conversar. Informou que a Presidenta da República sancionou recentemente uma lei sobre o combate e prevenção à tortura [lei 12.847, de 2 de agosto de 2013]. Dessa forma, ressaltou que é fundamental tornar os locais de privação de liberdade mais transparentes. Haverá um programa dentro do comitê, e a ideia é que se criem casas específicas para cuidar dessas pessoas. Salientou, também, que a ideia é a criação de mecanismos de prevenção de combate à tortura, visando institucionalizar, para virar política de Estado e não de governo, complementou o conselheiro Bonfim Santana.

O secretário, em resposta, falou das facções existentes em Barra da Grotta e disse que está trabalhando para desarticular o Comando Vermelho existente na unidade. Afirmou que a administração penitenciária não tem de ser do Poder Judiciário, pois esta não é responsabilidade do juiz e este não é dono do preso. Afirmou que precisa minimizar a situação de Barra da Grotta, pois há articulação entre os presos. Destacou que dentro de Barra da Grotta entra celular pelos próprios presos; que estes não querem voltar depois que saem para o banho. Assim, toda intervenção que tem (duas ou três vezes por mês) tem que ser feita de forma cautelosa. Afirmou que os presos cortam ferro com lâmina de Prestobarba.

Karolina Castro ressaltou que é importante ter a documentação em relação à apuração de denúncias de tortura. O diretor do Departamento do Sistema Penitenciário e Prisional afirmou que o registro é feito, mas não é aberto procedimento administrativo para apurar conduta de servidor da unidade, pois esta é competência da Corregedoria e da Promotoria. Só que, segundo o secretário, não há Corregedoria no estado, mas apenas a Corregedoria da Polícia Civil. O diretor Gilciedson de Oliveira disse que a Polícia Civil e a Polícia Militar se recusaram a entrar na unidade durante a inspeção realizada em Barra da Grotta, pois toda vez que entram há conflitos. Também disse que todos os presos (com marcas de tortura) estavam em situação de fuga. Karolina Castro insistiu para que houvesse registro a respeito.

O conselheiro Luiz Guilherme, em relação aos pontos específicos a respeito das unidades, disse que a que preocupou mais foi a de Barra da Grotta, unidade cujas condições de instalações são boas, sem problemas de estrutura evidentes, mas que é uma unidade tensa; há facções criminosas assumindo no estado uma posição de enfrentamento. Por outro lado, constatou que a arquitetura foi projetada para

outra região do país; já a CPP de Palmas, por exemplo, é uma unidade mais antiga, com problemas mais graves de estrutura, mas com uma série de características mais agradáveis em relação ao calor insuportável. Há, também, o problema do racionamento de água. Gilciedson de Oliveira disse que em Barra da Grota não tem problema da água, mas sim o do banho.

O conselheiro Luiz Guilherme ainda indagou sobre projetos que podem ser feitos com o preso ao longo do dia, pois estes passam em média 18 horas dentro da cela. Disse que há dificuldades de se implementar projetos de atividades e que isso, na verdade, é uma deficiência que o Estado brasileiro tem para viabilizar projetos para ocupar essas horas. Afirmou que há reclamações específicas sobre os advogados; em Araguaína há a denúncia sobre uma advogada que estaria atuando em favor de determinada facção; em Palmas há reclamação de que existe uma política da empresa de não aceitar produtos levados pela família e que sejam fornecidos pela empresa. As cuecas, por exemplo, não estão sendo fornecidas no tempo adequado. O diretor da Umanizzare, em resposta, explicou a forma de distribuição dos materiais fornecidos pela empresa.

O secretário ressaltou que algumas empresas apresentaram alguns projetos de tratamento de esgoto na CPP de Palmas. A Saneatins, empresa pública de abastecimento e saneamento do estado do Tocantins, realizou um projeto aceito pelo governo; mas os presos ficam o dia todo dando descarga; o governo, por isso, autorizou a Saneatins a fazer uma ligação na rede de esgoto para acabar com a fossa: serão colocados dois motores para triturar e fazer elevatórias para jogar na rede de esgoto. Já o sistema de tratamento compacto foi entupido e, por isso, não colocarão outro reator para sofrer o mesmo dano, mas instalarão 02 trituradores para que as colocações de objetos pelos presos não entupam a rede.

O conselheiro Luiz Guilherme ressaltou que, na unidade feminina, a reclamação relativa à fossa é a mesma reclamação de 2009. Em resposta, o secretário disse que não havia caixa de gordura, mas que mandou fazer outra fossa e uma caixa de gordura. O conselheiro Luiz Guilherme perguntou se há previsão para ficar pronto, sendo que o secretário respondeu que já estava pronta. No entanto, o diretor da Umanizzare afirmou que o lençol freático do estado é de planície; por isso, a rede de tratamento de esgoto é a solução, mas não há rede de esgoto na região onde está a unidade feminina. Assim, o secretário solicitou novamente ao sociólogo Naum Pereira para ajudar a conseguir o dinheiro (DEPEN), afirmando que há um déficit carcerário no estado; além disso, reclamou muito das exigências da Caixa Econômica Federal, que, segundo o secretário, inviabilizam a execução das obras. O diretor Gilciedson de Oliveira também afirmou que as exigências da Caixa e a Resolução nº 09 do CNPCP inviabilizam qualquer construção. Dessa forma, o Secretário disse que é necessário criar projetos padrão, mas sem intervenção da Caixa, e que o próprio diretor do DEPEN sugeriu trabalhar com o Banco do Brasil.

Em resposta, o sociólogo Naum Pereira questionou a política de construção de estabelecimentos penais, afirmando que não resolve os problemas do sistema prisional brasileiro. O que há é a necessidade de uma política pública para a redução da população carcerária. Dessa forma, criticou a política de encarceramento em massa em voga na sociedade brasileira e a não-aplicação, por parte do Poder Judiciário, das medidas cautelares e das alternativas penais. Inclusive, lamentou a ausência de representante do Poder Judiciário na reunião. A coordenadora de assistência ao preso e egresso, Rosana Barreto Martins, ressaltou que participou recentemente, em Brasília, do II Encontro sobre encarceramento feminino, sendo que, no evento, discutiu-se muito a respeito do problema do

preso provisório.

Para exemplificar, o sociólogo Naum Pereira apresentou aos participantes da reunião os dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do DEPEN (InfoPen) sobre a quantidade de presos provisórios no estado de Tocantins: em junho de 2012, havia 2.490 pessoas presas, sendo 887 provisórias, de 2.114 custodiados no sistema penitenciário, correspondendo a 41,96% de presos custodiados no sistema penitenciário. Contudo, 376 se encontravam presos na SSP, correspondendo a 15,1% do total. Dessa forma, em junho de 2012, 50,72% seriam presos provisórios. Do total de presos, 17,59% estavam detidos por crimes contra a pessoa e 39,12% contra o patrimônio. Já em dezembro de 2012, o total de presos era de 2.518 pessoas, sendo 996 provisórios, de 2.100 presos custodiados no sistema penitenciário, correspondendo a 47,43% de presos custodiados no sistema penitenciário; e, somando os 418 presos na SSP (16,6%), o percentual de presos provisórios no estado do Tocantins em dezembro de 2012 seria de 56,15%. Presos por crimes contra a pessoa seriam 18,55% e contra o patrimônio, 39,44%. Naum Pereira ainda citou trabalho do sociólogo francês Löic Wacquant sobre a constituição do Estado Penal em detrimento do Estado Social.

O conselheiro Luiz Guilherme afirmou que ainda havia questões em aberto, como a relativa à desativação da Ouvidoria, da Corregedoria e do Comitê de Combate à Tortura no estado. O presidente do Conselho Penitenciário, Bonfim Santana, afirmou que os membros do Comitê devem ter estabilidade funcional para não sofrerem retaliação. Karolina Castro, por sua vez, disse que o Sistema Nacional estimula a institucionalização de órgãos e mecanismos de prevenção e combate à tortura. O secretário informou que havia recriado a Ouvidoria, que estava funcionando bem, mas o governo extinguiu todas as ouvidorias e criou uma Ouvidoria-Geral na Controladoria Geral do Estado. Dessa forma, a Corregedoria é da Segurança Pública, pois a carreira de agente penitenciário é da Polícia Civil. Já o diretor Gilciedson de Oliveira afirmou que se deve resolver o problema administrativo: policiais civis, empresa privada e contratos temporários atuando no sistema.

O conselheiro Luiz Guilherme disse que os procedimentos correccionais encaminhados para a Ouvidoria têm o propósito de reestruturação das práticas; e indagou: a empresa pensa nessa situação de denúncia? Existe alguma política da empresa? Por isso, reiterou o pedido para ter acesso ao contrato com a Umanizzare e disse que é necessário saber qual a avaliação que se faz do contrato. O problema é de política pública, mais do que de execução do contrato. Disse que as primeiras informações que a equipe recebeu, acerca da execução, foram de que aumentou muito o gasto do estado com a terceirização, pois antes do contrato se gastava 18 milhões para todo o estado e, após, 25 milhões para apenas duas unidades. O secretário disse que o contrato envolve o gasto com toda as assistências. O sociólogo Naum Pereira perguntou se o estado não teria condições para executar diretamente e não transferir para a iniciativa privada. O secretário respondeu dizendo que não tem estrutura. O secretário se comprometeu em encaminhar ao CNPCP, por "e-mail", uma cópia do contrato com a Umanizzare.

Após, o sociólogo Naum Pereira realizou algumas solicitações para o Secretário: 1ª - colocou que a educação é responsabilidade do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Educação; mas, em Barra da Grotta, num calor insuportável, os professores não têm acesso facilitado à água potável (não há sequer bebedouro); também não têm acesso ao banheiro (há 02, mas sem porta; não há privacidade, pois os banheiros são visíveis – celas); o sociólogo afirmou que se trata de uma reivindicação dos próprios professores; 2ª - os presos reclamaram que o médico da unidade só chega depois das 16h; 3ª -



terceirizados da equipe técnica que trabalham em Barra da Grota disseram que, na unidade, um técnico de enfermagem e um auxiliar de dentista trabalham 44h, enquanto a Portaria Interministerial 1.777/2003 estabelece uma carga horária de 20h semanais; e 4ª - sobre a situação de 03 presos que correm risco de morte e que estão na enfermaria da unidade; afirmou que a Ouvidoria do DEPEN já havia encaminhado, nesse dia, ofício às autoridades do estado para resolverem a situação a mais rápida possível.

Gilciedson de Oliveira afirmou que esses 03 presos não podem ser transferidos para a CPP de Palmas porque também correm riscos de vida; disse que os juízes também não querem recebê-los; o conselheiro Bonfim Santana ressaltou que a solução é pedir a transferência desses presos para o sistema penitenciário federal, sugestão aceita pelo Secretário.

A Coordenadora de Assistência ao Preso e Egresso, Rosana Barreto Martins, afirmou que é necessário falar dos projetos positivos que estão sendo desenvolvidos no estado; assim, destacou que o estado do Tocantins está incluído no Brasil Profissionalizado; há projetos de ressocialização, como o projeto estadual de educação no sistema prisional; projetos de qualificação profissional; presos vão trabalhar nas prefeituras dos municípios; Centros de Educação Profissional dentro das unidades prisionais; parceria com o MEC; construção de 03 unidades de panificação no estado, em parceria com o Ministério da Justiça. A SEDS também tem parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Ressaltou que o Plano Estadual de Educação nas prisões (em fase de diligência) foi considerado um dos melhores do Brasil, tanto é que o programa de educação foi premiado. Mas disse que ainda é necessário criar projetos de capacitação.

Já Magda Valadares, diretora do Departamento de Ações sobre Drogas da SEDS, destacou que a parceria no estado é muito forte entre as Secretarias; que o projeto é criar a justiça terapêutica (será lançado no final do ano) com o TJ-TO; afirmou que é alto o número de pessoas no sistema carcerário por causa das drogas; disse que o juiz de Colinas tem um olhar diferenciado; que há acolhimento em comunidades terapêuticas: criação de rede de atenção aos dependentes, juntamente com o sistema penitenciário, cujo trabalho é desenvolvido pela SEDS.

O conselheiro Luiz Guilherme ressaltou que esse tipo de reunião, por ser um tema problemático em qualquer lugar, gera esse tipo de situação de só falar dos problemas; disse que a equipe não quer passar a impressão de que é só uma lista de problemas; afirmou que a impressão na audiência pública de 2011 foi a seguinte: viu no estado uma união de propósito entre todas as áreas de forma particular; as pessoas, com seus pontos de vistas diferentes, tinham a intenção de melhorar o sistema; interação e colaboração entre as diversas áreas do governo; a relação de presos por habitantes é menor do que em outras unidades da Federação; a política judiciária é mais favorável do que em outros estados; as políticas de educação: o próprio envolvimento dos professores (que às vezes gera um pouco de batalha pelos próprios projetos). Por fim, disse que os pontos positivos também serão constados no relatório.

O defensor público Wilton Resplande pediu para que houvesse celeridade no Judiciário, pois há muita demora nas varas de execução. Afirmou que não há vara da execução penal em Palmas. Nenhuma vara de execução é exclusiva. Assim, sugeriu uma recomendação ao TJ para que aumente o número de servidores e que crie vara própria. O conselheiro Luiz Guilherme afirmou que a ausência do Poder Judiciário na reunião demonstra a pouca preocupação com a questão. Já o promotor de Justiça Rodrigo Barcellos informou que acabou de chegar na Promotoria de Execução Penal; afirmou que não

há atraso processual por parte do Ministério Público; assim, disse que o pedido chega ao Ministério Público e, em menos de 24h, este se manifesta; afirmou que realiza inspeção em todas as unidades de Palmas: não ocorreu nenhuma reclamação a respeito do Ministério Público. Há um compromisso de não ficar com os processos. Também faz atendimento pessoal e direto e a Promotoria é aberta aos familiares de presos, sendo que os relatos de tortura são imediatamente apurados, pois, quando as questões chegam ao MP, este toma as providências necessárias; destacou que determinadas situações precisam ser pontuadas: o que chega no MP é prontamente pontuado.

O defensor público Wilton Resplande falou acerca da assistência jurídica aos presos provisórios; disse que, em Palmas, é dada pela defensoria pública federal; e que os outros presos possuem advogado. A coordenadora de assistência ao preso e ao egresso, Rosana Barreto, disse que gostaria que constasse no relatório acerca da parceria com a Receita Federal para emissão de certificados (CPF) do preso; disse que ocorreu uma reunião em 2013 com o delegado da Receita Federal em Palmas para aquisição do CPF dos presos, mas convênio está parado (em pendência) em Brasília. O conselheiro Luiz Guilherme sugeriu fazer uma recomendação para a Receita Federal informar sobre o estado do processo.

Foi abordado sobre a pouca oferta de atividades laborais, sobretudo com possibilidade de qualificação para o mercado de trabalho.

Por fim, a defensora pública Maurina Jácome solicitou ajuda do Ministério da Justiça e perguntou para o conselheiro Luiz Guilherme qual a recomendação que a equipe daria para a Defensoria em relação à medida de segurança, pois não sabe o que fazer e se a prisão domiciliar é realmente a solução. O conselheiro respondeu que a recomendação estará no relatório. Em seguida, a reunião foi encerrada.

## 6. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

### **Considerações**

#### Administração

A administração da penitenciária Barra da Grota e da Casa de Prisão Provisória é compartilhada entre a Secretaria Estadual de Defesa Social (SEDS) e a empresa Umanizzare. Já a Unidade Feminina é de administração exclusiva da SEDS. A SEDS é responsável pela direção geral, pela direção de segurança e por articular com a Secretaria Estadual de Educação programas para os presos. A Umanizzare é responsável pela equipe de agentes penitenciários, assistência à saúde, alimentação, limpeza e serviços de manutenção das unidades. A divisão de trabalho é tênue na prática: em entrevista com os diretores e assessores, muitos se confundiram em relação às atribuições da Secretaria e da Umanizzare.

A SEDS informou que o último concurso realizado pelo Estado para agentes penitenciários foi em 2005 e o curso de formação foi feito pela Polícia Civil. A empresa Umanizzare atualmente é responsável pela contratação dos agentes e informou que eles passam por uma capacitação de 10 dias antes de começar os trabalhos nas unidades.

#### Condições materiais e estruturais

A estrutura física é de responsabilidade da SEDS e varia entre as unidades visitadas. A Penitenciária de Barra da Grota, apesar de ser uma unidade relativamente nova, apresenta problemas em relação à temperatura e à estrutura hidráulica. A unidade foi construída com base num projeto para uma unidade nos Estados Unidos, mas não foi adaptada para as condições locais. Na Casa de Prisão Provisória e na Unidade Feminina, as edificações são antigas e não são adequadas à lotação atual. É importante lembrar que a Unidade Feminina não foi concebida para tal fim. Segundo a diretoria e os próprios assessores da SEDS, o local foi uma delegacia, um instituto para adolescentes em conflito com a lei e, há cinco anos, transformado em uma unidade para abrigar a população encarcerada feminina. Nas unidades penais de Palmas o fornecimento de água é comprometido e a rede de esgoto é extremamente precária.

A estrutura também compromete a separação dos presos. A Penitenciária de Barra da Grota não está superlotada, porém a administração local não mantém separados os presos de diferentes regimes. Nas outras unidades, que estão superlotadas, registra-se esse mesmo problema: presos e presas de diferentes regimes, grau de periculosidade, idade, e cumprindo medida de segurança não estão separados. As mulheres presas reclamaram que não têm um albergue específico para elas.

O fornecimento de alimentação, de itens de vestuário, de colchões e de kits de higiene é responsabilidade da empresa na unidade de Barra da Grota e na CPP. A alimentação foi uma reclamação unânime. Especificamente na CPP, os presos reclamaram que não receberam seus kits de higiene e itens de limpeza de modo regular nos últimos meses e que seus familiares não puderam fornecer esses materiais. Já na Unidade Feminina, apesar da boa vontade da direção e das funcionárias locais, as mulheres reclamaram da alimentação e informaram também que não receberam itens de vestuário, colchões, kits de higiene e produtos para limpeza das celas nos últimos meses.

#### Assistências

A assistência à saúde é fornecida pela empresa Umanizzare na Barra da Grota e na CPP. Nesse sentido, os presos praticamente não reclamaram do atendimento médico e odontológico. Mas relataram casos pontuais de pessoas que não têm acesso à medicação,

que estão com mãos, braços e costelas quebradas e que necessitam de cirurgias. O relato desses casos pontuais, somado aos relatos de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes e à informação que o preso "Cícero" da cela 107 da Penitenciária de Barra da Grota teria morrido por falta de atendimento médico, chamam atenção. É necessário receber mais informações sobre os atendimentos médicos para concluir se são apenas casos pontuais ou se os presos se sentem inibidos para pedir assistência à saúde, além de verificar possível omissão dos profissionais de saúde em relação aos relatos de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Na Unidade Feminina, as presas reclamaram que não são atendidas por médico ginecologista, entretanto são atendidas com frequência por médico clínico-geral. É importante que as presas sejam acompanhadas por profissionais específicos, ginecologistas e obstetras, pois consultas e exames regulares, bem como acesso a informações como controle de natalidade e prevenção de DSTs e AIDS/HIV, são necessários para a garantia da saúde da mulher.

Nas unidades da Barra da Grota e na CPP, os presos apresentaram muitas reclamações sobre assistência jurídica. Durante as entrevistas, os presos informaram que não têm informação sobre a tramitação dos seus processos e reclamaram não ter contato tanto com o promotor quanto com o defensor público. Na Unidade Feminina, as presas elogiaram o trabalho da Defensoria Pública do Estado e não apresentaram outras queixas.

Os pedidos dos presos feitos durante a inspeção foram:

Em *Barra da Grota*:

- Semiaberto "vencido": Divino Antônio dos Santos, Edson Lima de Araújo e Mauro Júnior Souza Nascimento;
- Transferência: Fernando dos Santos Saraiva (deseja ir para Colina-TO);
- Remoção: Paulo Santos Ferreira (quer ir para o estado de Maranhão);
- Assistência jurídica: Hélio José Nogueira e Natanael José dos Santos;
- Medida de segurança: Jailson Ramos de Sena e Erivan Francisco Alves;
- Assistência médica: Claiton Ribeiro de Nascimento e Francisco Souza Andrade.

Na *CPP de Palmas*:

- Pena "vencida": Durval Torres de Oliveira Filho e Francisonel Rodrigues Nunes;
- Remoção: Veldo Nonato da Silva e Diogo Antônio da Silva;
- Transferência: Sueton de Souza Gomes e Pablo Henrique Costa de Oliveira;
- Medida de segurança: Manoel Messias;
- Assistência médica: Amauri Divino Alves Souza, Walisson Bezerra Canuto e Maurício da Silva;
- Assistência social: Lourenço Filho de Souza;
- Mudança de cela: Milton Xavier de Araújo (um senhor de mais de 60 anos).

Na *Unidade feminina*:

- Prisão "vencida": Maria Nascimento Feitosa;
- Assistência médica: Lady Soares;
- Documentação (Certidão de nascimento, RG, etc): Sandra Regina da Anunciação Silva.

Tendo em vista essas solicitações, nos dias 11 e 12/09 a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do DEPEN encaminhou aos órgãos e autoridades competentes, para providências, os seguintes ofícios:

- ofício nº 1740/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a Ouvidoria Geral do SUS;
- ofício nº 1741/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a Secretaria de Saúde do Tocantins;
- ofício nº 1742/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para SEDS;

- ofício nº 1746/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a Defensora Pública Geral do Tocantins;
- ofício nº 1750/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para o Juiz da Vara de Execuções Penais de Gurupi;
- ofício nº 1751/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a SEDS;
- ofício nº 1752/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para o Juiz da 4ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Palmas;
- ofício nº 1753/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para o Diretor da CPP de Palmas;
- ofício nº 1755/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para o Juiz da 1ª Vara Criminal de Porto Nacional;
- ofício nº 1756/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a Juíza da 1ª Vara Criminal de Paraíso do Tocantins;
- ofício nº 1757/2013-OSPEN/DEPEN/MJ e ofício nº 1758/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para o Juiz da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Araguaína;

#### Revista vexatória

Jales Pereira Braga, diretor adjunto da Penitenciária da Barra da Grota, afirmou que os familiares dos presos são submetidos à revista antes de entrar na unidade. Os materiais e alimentos que os familiares trazem passam pelo raio-X e também pelo detector de metal. Os familiares são obrigados a tirar todas as roupas, a agachar três vezes em cima de um espelho e a mostrar a palma das mãos e dos pés. Destaca-se que crianças e adolescentes também são submetidos a esse procedimento. Segundo a administração, as crianças são desnudadas pela própria mãe e as crianças que ainda utilizam fraldas devem ter suas fraldas trocadas durante o procedimento. Os adolescentes são submetidos a um procedimento semelhante ao dispensado aos adultos, com a diferença que, durante o desnudamento, os adolescentes estão acompanhados da mãe ou responsável. Os presos reclamaram da humilhação que seus familiares passam ao entrar na unidade e relataram que a administração, além do procedimento descrito acima, utiliza uma lanterna especial para procurar por drogas e outros materiais nas vaginas e ânus dos familiares.

De forma semelhante, os presos da Casa de Prisão Provisória de Palmas também reclamaram que seus familiares passam por procedimentos vexatórios. Já na Unidade Feminina, nenhuma presa reclamou do procedimento de revista, entretanto, durante entrevista com Leyza Coelho Machado, diretora do estabelecimento, ela descreveu procedimento similar ao dos outros visitados pela equipe de inspeção.

Segundo assessores da Administração Prisional, a revista em familiares dos presos visa assegurar a não entrada de objetos não permitidos/ilícitos no estabelecimento prisional. A revista apresenta caráter preventivo, mas tem natureza invasiva. O desnudamento, por exemplo, é uma violação à intimidade da pessoa vistoriada. A revista gera desconforto, intimidação e constrangimento, além de ser procedimento desautorizado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Especificamente no caso de crianças e adolescentes, conforme assegurado no Art. 18 do Estatuto da Criança e Adolescente, "é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor". Nesse sentido, é dever da autoridade preservar pela dignidade das crianças e adolescentes.

Ressalta-se que Jacione Costa Reis, que está detido na CPP de Palmas, reclamou da proibição da entrada dos filhos na visita familiar.

#### Segurança

Na Penitenciária Barra da Grota, os presos relataram episódios de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. No dia 27 de julho de 2013, policiais da PC/TO teriam realizado revista geral na Penitenciária em busca de armas, drogas e celulares. Segundo os presos, eles foram obrigados a ficar apenas de cueca no pátio do banho de sol e as imagens do circuito interno de segurança poderiam confirmar o procedimento realizado.

Em decorrência de duas tentativas de fuga da Penitenciária, um grupo de pessoas privadas de liberdade foi encaminhado para a cela de castigo "SE 207". O preso Luciano Rocha Machado relatou ter várias marcas de tiro de bala de borracha e outras lesões no corpo. Ainda na mesma cela, o preso Sandro Moraes Ferreira relatou que no domingo, dia 25/08/13, foi obrigado a se ajoelhar em cacos de vidro de lâmpada fluorescente. O preso Wildeglan Rodrigues dos Santos relatou que é comum a prática de algemar os presos e arrastá-los no chão e que ele já foi vítima dessa prática. Por fim, o preso Adenilson Silva da Mota relatou estar cumprindo castigo desde o dia 22 de dezembro de 2012.

Os presos indicaram que as lesões ocorreram durante intervenções de funcionários da empresa Umanizzare e de policiais civis. Especificamente, indicaram que funcionário conhecido como "Diassis" e o policial conhecido como "Bruninho" do GOTE (Grupo de Operações Táticas Especiais) atuam com violência nas intervenções na Penitenciária. As lesões foram registradas por fotos. Ressalta-se que um dos presos se referiu a Jales Pereira Braga como "o maior espancador" da Polícia Civil. Posteriormente, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República foi informada pelo Ministério Público que o servidor Jales Pereira Braga foi condenado em primeira instância por tortura (autos n.º 2010.0002.4108-1/0, sentença condenatória).

Na Casa de Prisão Provisória (CPP Palmas), presos de diferentes celas e alas informaram que a CPP passa por revistas periódicas com vistas a apreender armas, drogas e celulares. A última revista teria ocorrido em 22 de julho de 2013 e teria sido realizada por policiais civis e por policiais do GOTE. Segundo os relatos dos presos, os policiais entram nas alas atirando com balas de borracha. Apenas um preso, Walisson Bezerra Canuto, afirmou ter sido lesionado no nariz durante uma ação da Polícia. Em celas e em alas diferentes, os presos afirmaram que sofrem maus tratos (muitos indicaram ser vítimas de "opressão" por parte dos agentes de segurança) e têm medo de represálias, caso registrem as denúncias formalmente.

Os locais de privação de liberdade são os locais mais prováveis onde a tortura pode ocorrer. A diferença de poderes entre os agentes de segurança e os presos, somada a um ambiente pouco fiscalizado, pode favorecer a ocorrência de abusos com vistas a obter informações, aplicar castigos e intimidar ou coagir pessoas privadas de liberdade. Em nome da manutenção da ordem e segurança interna, encontram-se relatos de revistas humilhantes, aplicação de castigo em celas inóspitas e sérias ameaças aos presos.

Em respeito à dignidade da pessoa humana, é necessário desassociar a prática de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes à manutenção da segurança interna. A administração de locais de privação de liberdade pode e deve recorrer a mecanismos e ações legais para garantir a segurança, como uso de tecnologias para identificar possíveis objetos e materiais não permitidos no interior da carceragem, abertura de sindicância e processo administrativo disciplinar, estabelecimento de regras para situações críticas e estabelecimento de regras para utilização de munição menos letal.

Na Penitenciária Barra da Grota e na Casa de Prisão Provisória de Palmas, os responsáveis pela administração indicaram que não havia registro de sindicância ou PAD relacionados à tortura. Ademais, quando perguntados sobre as lesões denunciadas pelos presos, eles também não forneceram informações para esclarecer as condições em que essas lesões ocorreram.

Ainda em relação à segurança, os diretores das unidades visitadas foram questionados se havia algum grupo de intervenção especial para atuar em situações de crise no sistema carcerário. Todos afirmaram que tal grupo não existe. Apesar de não ser um grupo específico para o sistema penitenciário, a administração permite intervenções regulares do GOTE em suas unidades.

Por último, ressalta-se que, durante a inspeção em Barra da Grota, a equipe se deparou

com 03 presos que estavam na enfermaria da unidade em situação de risco de morte, pois estavam sendo ameaçados e não podiam ficar no seguro. Tanto a direção da unidade quanto o juiz estavam cientes da situação; no entanto, a direção informou que tanto a transferência quanto a remoção eram difíceis porque os outros estados nem outras comarcas queriam receber esse tipo de preso, por considerá-los problema. Trata-se dos internos Roni da Silva Graciano Barbosa Graciano (que solicitou transferência para qualquer unidade do estado), Cleiton Evangelista dos Santos (que solicitou transferência para Gurupi, onde mora sua família) e Willianns James Mota Sousa (que solicitou remoção para qualquer estabelecimento penal do Maranhão, pois é o seu estado de origem, ou, se possível, para Imperatriz).

Em relação a essas questões, a Ouvidoria do Sistema Penitenciário encaminhou aos órgãos e autoridades competentes os seguintes ofícios, para providências:

- em relação aos presos com risco de morte:
  - ofício nº 1650/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a SEDS;
  - ofício nº 1651/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Araguaína;
  - ofício nº 1652/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a Defensora Pública Coordenadora do Núcleo Especializado de Assistência e Defesa ao Preso;
  - ofício nº 1653/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a Procuradoria Geral de Justiça do Tocantins;
  - ofício nº 1654/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para o Conselho Penitenciário do Tocantins;
  - ofício nº 1655/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário do Tocantins;
  - ofício nº 1656/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para o Juiz da Execução de Gurupi.
- quanto às denúncias de tortura, foi solicitado à SEDS, por meio do ofício nº 1754/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, o laudo de exame de corpo de delito dos seguintes presos: Luciano Rocha Machado, Sandro Morais Ferreira, Vildealan Rodrigo Dos Santos, Adenilson Silva Da Mota e Francisco Nonato Alves De Souza.

### **Providências/ Recomendações**

Considerando o que foi observado durante a inspeção e as informações trazidas durante a reunião com as autoridades e órgãos do estado do Tocantins, recomendamos as medidas abaixo:

#### **Ao Governador do Estado do Tocantins**

1. Que crie uma Ouvidoria do Sistema Penitenciário específica, com estrutura adequada e autônoma, conforme prevê a Meta 03 do Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Tocantins, com Ouvidor (a) externo e com mandato próprio.
2. Que crie uma Corregedoria do Sistema Penitenciário específica, com estrutura adequada e autônoma, conforme prevê a Meta 04 do Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Tocantins, com Corregedor (a) externo e com mandato próprio.
3. Que crie e estruture o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, conforme disposições da Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, com vistas a criar um ambiente institucionalizado para debater os problemas e pensar em soluções para a questão e para realizar inspeções regulares em locais de privação de liberdade no intuito de dar mais transparência à gestão desses locais e prevenir situações que favoreçam a ocorrência de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes.
4. Que seja viabilizado um maior número de defensores públicos, suficiente para garantir

os direitos dos custodiados e ampliar as ações da Defensoria Pública em todas as fases processuais.

5. Que seja viabilizado concurso público para agentes penitenciários para atuação no sistema prisional do estado, desvinculando-os da estrutura organizacional e administrativa da Polícia Civil.
6. Que solicite uma auditoria financeira, de cumprimento e operacional do termo de contrato nº 010/2012 referente ao desmembramento do contrato nº 028/2011 que trata da prestação de serviços de operacionalização da Casa de Prisão Provisória de Palmas e do termo de contrato nº 011/2012, referente a Barra da Grotá.

#### **Ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**

1. Que realize auditoria financeira, de cumprimento e operacional do termo de contrato nº 010/2012 referente ao desmembramento do contrato nº 028/2011 que trata da prestação de serviços de operacionalização da Casa de Prisão Provisória de Palmas e do termo de contrato nº 011/2012, referente a Barra da Grotá.

#### **Ao Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins**

1. Que invista no processo de formação dos Juizes Criminais no sentido do uso racional da pena privativa de liberdade e da aplicação das medidas cautelares e das alternativas penais.
2. Que crie meios para garantir o devido processo legal de forma célere nas questões criminais, diminuindo o número de presos provisórios no Estado, se atentando para as alternativas à prisão.
3. Que busque ampliar o número de Varas de Execução Penal, evitando a sobreposição de atividades da fase do conhecimento com a fase de execução para o mesmo magistrado (a), assim como que garanta maior número de servidores para tais atividades.

Manifestamos ao Presidente do Tribunal de Justiça o sentimento de ausência de representante da instituição na reunião com as autoridades locais para discutir sobre o sistema prisional do estado.

#### **Ao Secretário de Defesa Social, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e OAB/TO**

1. Que proceda à remoção dos presos do regime semiaberto e provisórios que estão custodiados irregularmente na Unidade de Tratamento Penal de Barra da Grotá, encaminhando-os para locais adequados ao cumprimento da pena.

#### **À Procuradora-Geral de Justiça do Tocantins**

1. Que invista no processo de formação dos Promotores Criminais no sentido do uso racional da pena privativa de liberdade e da aplicação das medidas cautelares e das alternativas penais.
2. Que se atente para os casos de morte (por homicídio e por suicídio) nos últimos 12 meses na Unidade de Tratamento Penal de Barra da Grotá e na Casa de Prisão Provisória de Palmas, instaurando procedimento para averiguar eventual omissão do Estado.
3. Que acompanhe a auditoria financeira, de cumprimento e operacional do termo de contrato nº 010/2012 referente ao desmembramento do contrato nº 028/2011 que trata da prestação de serviços de operacionalização da Casa de Prisão Provisória de



Palmas e do termo de contrato nº 011/2012, referente a Barra da Grota.

#### **Ao Procurador Chefe Federal do Tocantins**

1. Que acompanhe a auditoria financeira, de cumprimento e operacional do termo de contrato nº 010/2012 referente ao desmembramento do contrato nº 028/2011 que trata da prestação de serviços de operacionalização da Casa de Prisão Provisória de Palmas e do termo de contrato nº 011/2012, referente a Barra da Grota.

#### **À Procuradora da República do Tocantins**

1. Que dê continuidade ao processo de investigação das denúncias de maus tratos e de tortura na Unidade de Tratamento Penal de Barra da Grota, conforme inquérito civil público instaurado pelo Ministério Público Federal no Tocantins.

#### **Ao Secretário de Defesa Social**

1. Que priorize, na ocorrência de eventuais oportunidades de financiamento, a apresentação de projetos de construção de penitenciária feminina, assim como de ações de educação, saúde e sociais para o público feminino, considerando a inexistência de política específica para mulheres presas no Estado do Tocantins.
2. Que sejam proibidos os procedimentos de revista vexatória nos visitantes em todas as unidades penais do Tocantins, tendo em vista a garantia da dignidade da pessoa humana (art. 1º da Constituição Federal) e o preceito legal de que nenhuma pessoa deverá ser submetida à tortura ou a tratamento desumano ou degradante.
3. Que os procedimentos de revista sejam realizados nos termos da Resolução CNPCP n.º 9/2006, a qual determina que a revista manual só deverá realizada em caráter excepcional e preservando a honra e a dignidade da pessoa revistada, e que ainda indica que as revistas eletrônicas devem ser feitas utilizando-se detectores de metais, aparelhos de raio-x e outros aparelhos.
4. Que implante ações de saneamento na Casa de Prisão Provisória e na Unidade Prisional Feminina de Palmas.
5. Que realize capacitações continuadas para agentes penitenciários e as outras pessoas que trabalham nas unidades penitenciárias, com base em temas tratados nas "Regras Mínimas das Nações Unidas para Tratamento de Presos", incluindo um reforço sobre a proibição de revistas vexatórias e esclarecimentos sobre as revistas mecânica e manual.
6. Que encaminhe ao CNPCP, Ouvidoria do Sistema Penitenciário - DEPEN e SDH cópia das capacitações em andamento para os agentes penitenciários, tanto o treinamento dado pela Polícia Civil do Estado do Tocantins quanto o treinamento dado pela empresa Umanizzare.
7. Que seja providenciada, no prazo de 90 dias, a identificação de todos os agentes penitenciários em seus uniformes ou por meio de crachá.
8. Que ofereça informações detalhadas das intervenções realizadas pelo GOTE na Penitenciária Barra da Grota e no CPP nos últimos 6 meses com datas, objetivos e registros de uso de munição letal e menos letal, tendo em vista a atuação da Polícia Civil do Estado de Tocantins no dia 27 de julho de 2013 na Penitenciária Barra da Grota e também para atender às diretrizes estabelecidas por meio da Portaria Interministerial n.º 4.226, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que orienta e padroniza os procedimentos de atuação dos agentes de segurança pública, de forma a evitar a má

utilização do uso da força e para que não ocorra sem registro e sem responsabilização.

9. Que encaminhe ao CNPCP, Ouvidoria do Sistema Penitenciário - DEPEN e SDH cópias dos procedimentos e protocolos de segurança que orientam a atuação dos agentes penitenciários, policiais civis e policiais militares no sistema penitenciário do estado.
10. Caso haja indícios de tortura na Penitenciária Barra da Grotta, que se adote as medidas necessárias para que os presos não sofram represálias e afaste os agentes de segurança supostamente envolvidos até que os fatos sejam esclarecidos.
11. Que encaminhe ao CNPCP, Ouvidoria do Sistema Penitenciário - DEPEN e SDH informações sobre o registro das sanções aplicadas aos presos envolvidos nas fugas ocorridas nos três últimos meses, tendo em vista que a administração penitenciária informou à equipe de inspeção que, devido a duas tentativas de fuga da Penitenciária Barra da Grotta, aplicou sanção disciplinar a um grupo de presos. E, sobre a aplicação de sanções disciplinares, que apresente informações sobre as sanções aplicadas ao preso Adenilson Silva Mota, o qual estaria cumprindo sanção desde 22 de dezembro de 2012, tendo em vista que o art. 45 da Lei n.º 7.210/1984 estabelece que as sanções disciplinares não podem ser aplicadas sem a expressa e anterior previsão legal, bem como não podem comprometer a integridade física e psicológica do preso.
12. Que o servidor Jales Pereira Braga seja, pelo menos, afastado do contato com os presos até que a ação n.º 2010.0002.4108-1/0 esteja transitada em julgado, tendo em vista que o referido servidor foi condenado em primeira instância no dia 9 de abril de 2013 e que a Lei 9.455/1997 determina que a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público.
13. Que encaminhe ao CNPCP, Ouvidoria do Sistema Penitenciário - DEPEN e SDH informações sobre a morte do preso Cícero, o histórico dos atendimentos na Penitenciária e a cópia do inquérito que apurou sua morte, pois ocorreram queixas de que o referido preso faleceu supostamente por falta de atendimento de saúde na unidade de Barra da Grotta.
14. Que proceda à separação adequada dos presos por regime e por delito, conforme dispositivos da Lei nº 7.210/1984 (arts. 82 e 84) e das Regras Mínimas para Tratamentos de Presos (art. 67).
15. Que adote procedimentos emergenciais para regularizar o fornecimento de absorvente no kit higiene destinado às mulheres presas na Unidade Prisional Feminina de Palmas.
16. Que continue a desenvolver políticas de oferta de postos de trabalho aos presos do sistema penitenciário do estado.
17. Que continue a desenvolver políticas de ampliação das vagas de educação, atentando para as oportunidades que o Ministério da Justiça está ofertando em parceria com o Ministério da Educação e da Cultura.
18. Que continuem e ampliem políticas para o fornecimento de cursos de qualificação para os presos do sistema penitenciário do estado, buscando parceria com o Sistema S ou outras entidades.
19. Que providencie bebedouros e banheiros adequados para os professores que ministram aulas na Unidade de Tratamento Penal de Barra da Grotta.
20. Que exija da empresa contratada a disponibilidade de atendimento médico clínico e psiquiátrico nas unidades de Barra da Grotta e CPP de Palmas.
21. Que faça gestões junto à empresa contratada para garantir maior abrangência nos

serviços de assistência social prestados na CPP de Palmas.

22. Que garanta às mulheres presas acompanhamento por profissionais específicos, como ginecologistas e obstetras, tendo em vista que consultas e exames regulares, bem como acesso a informações como controle de natalidade e prevenção de DSTs e AIDS/HIV são necessários para a garantia da saúde da mulher.
23. Que providencie salas de atendimento para a Defensoria Pública nas unidades de Barra da Grota, CPP de Palmas e Unidade Prisional Feminina de Palmas.
24. Que desenvolva programas individualizados para o cumprimento das penas, bem como sistematize as atividades culturais, esportivas e de lazer nos estabelecimentos penais.
25. Que providencie a criação de módulo de visita íntima na CPP de Palmas.

**Ao Secretário de Defesa Social, à Secretária da Secretaria Estadual de Saúde, ao Presidente do Tribunal do Estado do Tocantins, à Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e ao Defensor Público Geral do Estado do Tocantins**

1. Que constituam um Grupo de Trabalho para definir e implantar medidas para o atendimento de pessoas cumprindo medida de segurança, orientado pela Lei 10.216, buscando a modulação da medida de segurança com vistas ao tratamento e à efetividade da intervenção judicial, bem como a identificação das necessidades de melhoria da rede de saúde mental que permita tal modulação da medida de segurança e a capacitação dos envolvidos no fluxo (Polícias, Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Saúde, Assistência Social e Sistema Penitenciário). Para tal, que considerem como referências os programas já existentes nos estados de Goiás e Minas Gerais, e os programas em implantação nos estados da Bahia e Maranhão.
2. Que seja definido e implantado, no prazo de 120 dias, um protocolo de atendimento às pessoas presas com dependência química que inclua a capacitação dos profissionais de saúde nos estabelecimentos penais, a reserva de leitos de enfermaria para acompanhamento de situações de abstinência e crise nas próprias unidades, medidas terapêuticas e fornecimento da medicação necessária.
3. Que atuem em conjunto com a área de saúde mental da Secretaria Estadual de Saúde, a fim de estabelecer um fluxo de atendimento para os casos de pessoas presas internadas por dependência química ou medida de segurança, fixando prazo máximo e critério clínico, respeitando os ditames da Lei 10.216 e em articulação com as equipes de saúde dos estabelecimentos penais de origem desses presos.
4. Que garantam a regularidade, ao menos anual, de emissão de documentos que atestem a condição de saúde mental das pessoas em medida de segurança com vistas à "cessação de periculosidade".

**Ao Defensor Público Geral do Tocantins**

1. Que, para além da reivindicação de novos concursos para a Defensoria, disponibilize mais defensores para a área de Execução Penal, além de estabelecer procedimentos de análise da situação dos presos provisórios, notadamente daqueles cujos processos tramitam em comarca distinta daquela em que estão custodiados.
2. Que realize fiscalização da unidade de Barra da Grota, além do atendimento jurídico já realizado.

**Ao Secretário de Defesa Social e ao Secretário de Trabalho e Assistência Social**

1. Que desenvolvam novos programas e aperfeiçoem os programas já existentes de

assistência social aos presos.

Remeta-se cópia deste relatório a todas instituições presentes na reunião, independente de serem citados ou não, conforme a lista de presença.

## **7. ANEXOS**

Anexo 1 – Memorando Circular nº 125/CNPPC-2013, de 18/06/13, contendo listagem dos convênios vigentes formalizados entre DEPEND e governo do estado do Tocantins

Anexo 2 – Memorando nº 184/2013-OSPEND/DEPEND, contendo demandas oriundas do estado do Tocantins

Anexo 3 – Ofício Circular nº 018/CNPPC-2013, de 01/08/2013

Anexo 4 – Memorando nº 268/2013 – OSPEND/DEPEND/MJ, de 09/08/13

Anexo 5 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Unidade Prisional Feminina de Palmas

Anexo 6 – Ofício 76/4ªPJCC/2013, de 23/08/13, e anexos, da 4ª Promotoria de Justiça da Capital do Estado do Tocantins

Anexo 7 – Ofício nº 054/2013 – CAOCrim, de 23/08/13, do Centro de Apoio Operacional Criminal

Anexo 8 – OFÍCIO/CIVEL/nº 5019-37.2011.02.13, DE 28/08/13, do Ministério Público Federal

Anexo 9 – Relatório de atendimento educacional nas unidades prisionais do Tocantins

Anexo 10 – Memorando nº 176/CNPPC-2013, de 05/09/13, contendo questionário de inspeção preenchido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins

Anexo 11 – Ofício nº 1650/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a SEDS

Anexo 12 – Ofício nº 1651/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Araguaína

Anexo 13 – Ofício nº 1652/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a Defensora Pública Coordenadora do Núcleo Especializado de Assistência e Defesa ao Preso

Anexo 14 – Ofício nº 1653/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a Procuradoria Geral de Justiça do Tocantins

Anexo 15 – Ofício nº 1654/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para o Conselho Penitenciário do Tocantins

Anexo 16 – Ofício nº 1655/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário do Tocantins

Anexo 17 – Ofício nº 1656/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para o Juiz da Execução de Gurupi

Anexo 18 – Ofício nº 1740/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a Ouvidoria Geral do SUS

Anexo 19 – Ofício nº 1741/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a Secretaria de Saúde do Tocantins

Anexo 20 – Ofício nº 1742/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para SEDS

Anexo 21 – Ofício nº 1746/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a Defensora Pública Geral do Tocantins

Anexo 22 – Ofício nº 1750/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para o Juiz da Vara de Execuções Penais de Gurupi

Anexo 23 – Ofício nº 1751/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a SEDS

Anexo 24 – Ofício nº 1752/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para o Juiz da 4ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Palmas

Anexo 25 – Ofício nº 1753/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para o Diretor da CPP de Palmas

Anexo 26 - Ofício nº 1754/2013-OSPEND/DEPEND/MJ, para a SEDS, com solicitação de exame de corpo de delito

Anexo 27 – Ofício nº 1755/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para o Juiz da 1ª Vara Criminal de Porto Nacional

Anexo 28 – Ofício nº 1756/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para a Juíza da 1ª Vara Criminal de Paraíso do Tocantins

Anexo 29 – Ofício nº 1757/2013-OSPEN/DEPEN/MJ e ofício nº 1758/2013-OSPEN/DEPEN/MJ, para o Juiz da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Araguaína

Anexo 30 – Termo de Contrato nº 010/2012

Anexo 31 – Ofício nº 098/2013 – 3ª PJ/Arn/TO, de 06/09/13, do Ministério Público do Estado do Tocantins

Anexo 32 – Ofício nº 887/2013 – CGCT/SDH/PR, de 07/10/13

Anexo 33 – Ofício nº 2237/GabSec/2013, de 07/10/13, da SEDS, em resposta ao ofício nº 1754/2013-OSPEN/DEPEN/MJ

Anexo 34 – Memorando nº 197/CNPCP-2013, de 16/10/13, contendo cópia do ofício nº 890/2013-CGCT/SDH/PR